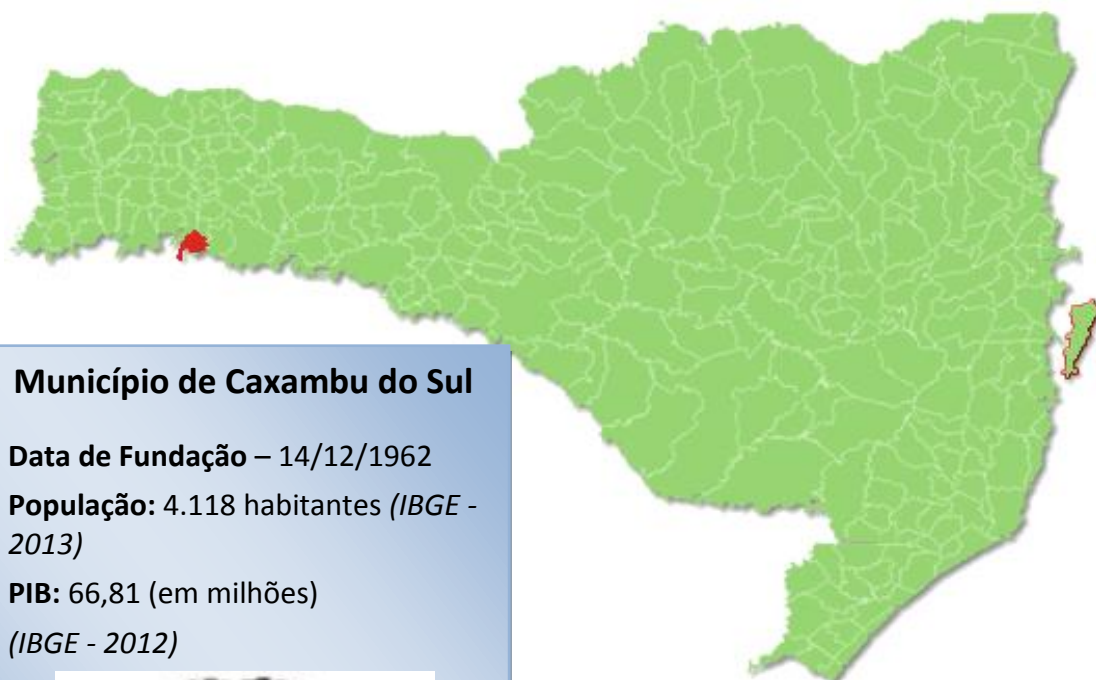


TRIBUNAL
DE CONTAS
DE SANTA
CATARINA

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO EXERCÍCIO DE 2014



Município de Caxambu do Sul

Data de Fundação – 14/12/1962

População: 4.118 habitantes (IBGE - 2013)

PIB: 66,81 (em milhões)
(IBGE - 2012)



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	5
3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	6
3.1. Apuração do resultado orçamentário	7
3.2. Análise do resultado orçamentário	7
3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias	8
4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA	14
4.1. Situação Patrimonial	15
4.2. Análise do resultado financeiro	16
4.2.1. Análise do resultado financeiro por especificação de fontes de recursos	16
4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira	18
5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES	21
5.1. Saúde	21
5.2. Ensino	23
5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências	23
5.2.2. FUNDEB	24
5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF)	27
5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município	27
5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo	29
5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo	30
6. CONSELHOS MUNICIPAIS	31
6.1. Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACS – FUNDEB)	32
6.2. Conselho Municipal de Saúde (CMS)	33
6.3. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	36
6.3.1. Do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA	37
6.4. Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)	39
6.5. Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CMAE)	39

6.6. Conselho Municipal do Idoso (ou da Pessoa Idosa ou dos Direitos da Pessoa Idosa)	41
7. DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 131/2009 E DO DECRETO FEDERAL Nº 7.185/2010.....	41
8. RESTRIÇÕES APURADAS	46
9. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2014	47
CONCLUSÃO	48
ANEXO	50
APÊNDICE	51

PROCESSO	PCP 15/00294702
UNIDADE	Município de Caxambu do Sul
RESPONSÁVEL	Sr. Vilmar Foppa - Prefeito Municipal
ASSUNTO	Prestação de Contas do Prefeito referente ao ano de 2014
RELATÓRIO Nº	2374/2015

INTRODUÇÃO

O Tribunal de Contas de Santa Catarina, no uso de suas competências para a efetivação do controle externo consoante disposto no artigo 31, § 1º, da Constituição Federal e dando cumprimento às atribuições assentes nos artigos 113 da Constituição Estadual e 50 e 54 da Lei Complementar nº 202/2000, procedeu ao exame das Contas apresentadas pelo Município de Caxambu do Sul, relativas ao exercício de 2014.

O presente Relatório abrange a análise do Balanço Anual do exercício financeiro de 2014 e as informações dos registros contábeis e de execução orçamentária enviadas por meio eletrônico, buscando evidenciar os resultados alcançados pela Administração Municipal, em atendimento às disposições dos artigos 20 a 26 da Resolução nº TC-16/94, alterada pela Resolução nº TC-77/2013, e artigo 22 da Instrução Normativa nº TC-02/2001, bem como o artigo 3º, I da Instrução Normativa nº TC-04/2004.

A referida análise deu-se basicamente na situação Patrimonial, Financeira e na Execução Orçamentária do Município, não envolvendo o exame de legalidade e legitimidade dos atos de gestão, o resultado de eventuais auditorias oriundas de denúncias, representações e outras, que devem integrar processos específicos, a serem submetidos à apreciação deste Tribunal de Contas.

No que tange a análise da situação Patrimonial e Financeira foram abordados aspectos sobre a composição do Balanço, apuração do resultado financeiro e de quocientes patrimoniais e financeiros para auxiliar a análise dos resultados ao longo dos últimos cinco exercícios.

Registre-se que a média regional indicada no presente relatório corresponde à respectiva Associação de Municípios que abrange Caxambu do Sul, sendo que as médias do exercício em análise foram geradas em 07/07/2015 conforme base de dados constituída a partir das informações bimestrais encaminhadas pelos municípios através do Sistema e-Sfinge e as médias dos exercícios anteriores a partir dos dados analisados, julgados ou apreciados por este Tribunal.

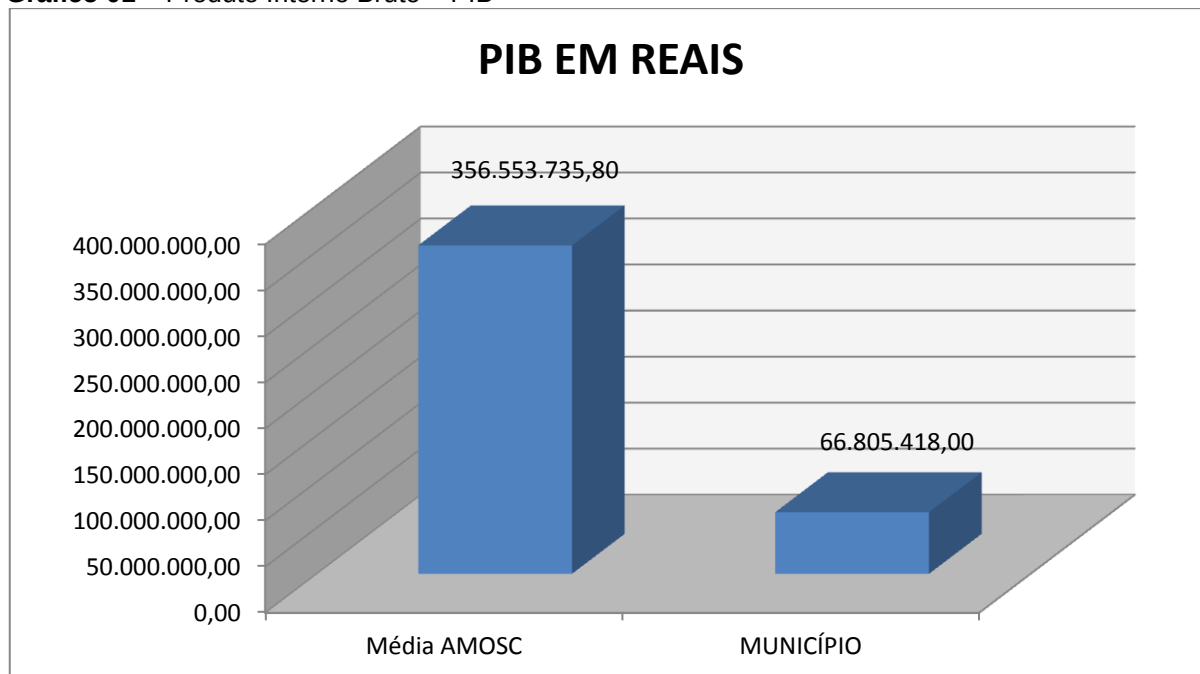
Com referência a análise da Gestão Orçamentária tomou-se por base os instrumentos legais do processo orçamentário, a execução do orçamento de forma consolidada a apuração e a evolução do resultado orçamentário, atentando-se para o cumprimento dos limites constitucionais e legais estabelecidos no ordenamento jurídico vigente.

2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO¹

A região onde se localiza o município de Caxambu do Sul recebeu os primeiros colonizadores por volta de 1940. Imigrantes italianos de vocação agrícola, amantes da dança e da música, ocuparam as terras próximas às estâncias hidrominerais de Águas de Chapecó e de São Carlos e dedicaram-se à agricultura de subsistência. O nome Caxambu do Sul é inspirado em Águas de Caxambu, estância hidromineral de Minas Gerais.

O Município de Caxambu do Sul tem uma população estimada em 4.118² habitantes e Índice de Desenvolvimento Humano de 0,69³. O Produto Interno Bruto alcançava o valor de R\$ 66.805.418,00⁴, revelando um PIB per capita à época de R\$ 15.597,81, considerando uma população estimada em 2012 de 4.283 habitantes.

Gráfico 01 – Produto Interno Bruto – PIB



Fonte: IBGE – 2011

¹ Disponível em: www.sc.gov.br/portalturismo

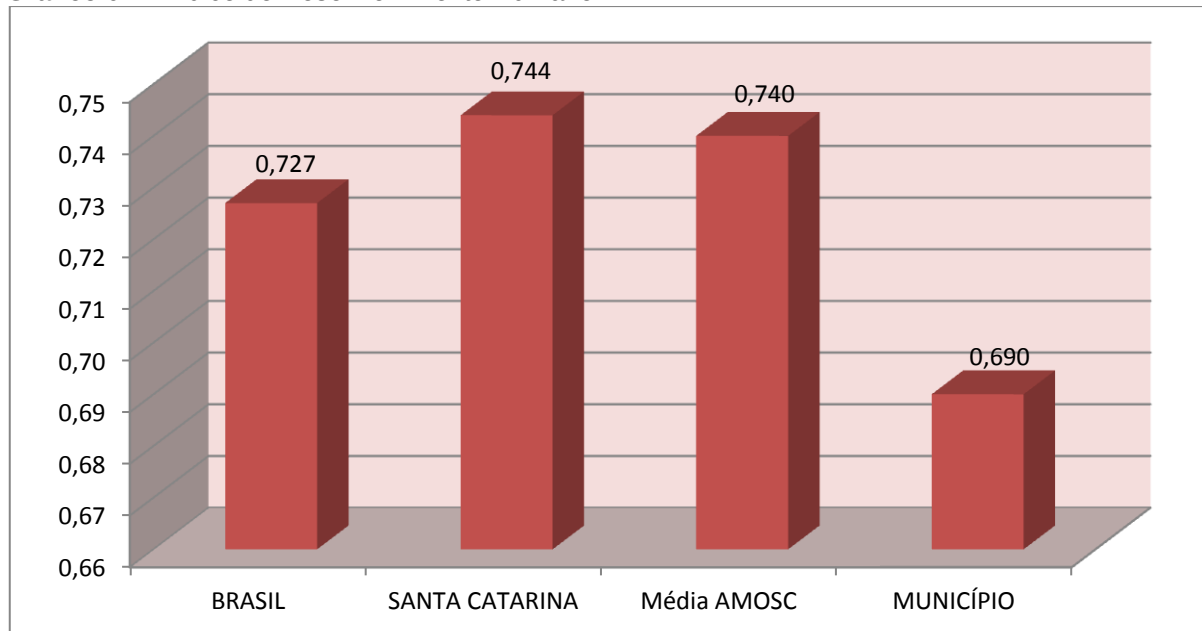
² IBGE - 2013

³ PNUD - 2010

⁴ Produto Interno Bruto dos Municípios – IBGE/2012

No tocante ao desenvolvimento econômico e social mensurado pelo IDH/PNUD/2010, o Município de Caxambu do Sul encontra-se na seguinte situação:

Gráfico 02 – Índice de Desenvolvimento Humano – IDH



Fonte: PNUD – 2010

3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A análise da gestão orçamentária envolve os seguintes aspectos: demonstração da apuração do resultado orçamentário do presente exercício, com a demonstração dos valores previstos ou autorizados pelo Poder Legislativo; apurando-se quocientes que demonstram a evolução relativa do resultado da execução orçamentária do Município; a demonstração da execução das receitas e despesas, cotejando-as com os valores orçados, bem como a evolução do esforço tributário, IPTU per capita e o esforço de cobrança da dívida ativa. Por fim, apura-se o total da receita com impostos (incluindo as transferências de impostos) e a receita corrente líquida.

Segue abaixo os instrumentos de planejamento aplicáveis ao exercício em análise, as datas das audiências públicas realizadas e o valor da receita e despesa inicialmente orçadas:

Quadro 01 – Leis Orçamentárias

LEIS		DATA DAS AUDIÊNCIAS	RECEITA ESTIMADA	20.727.350,00
PPA	1.278/2013	03/04/2013	DESPESA FIXADA	20.727.350,00
LDO	1.280/2013	03/04/2013		
LOA	1.296/2013	22/08/2013		

3.1. Apuração do resultado orçamentário

O confronto entre a receita arrecadada e a despesa realizada, resultou no Superávit de execução orçamentária da ordem de **R\$ 221.688,46**, correspondendo a **1,29%** da receita arrecadada.

Salienta-se que o resultado consolidado, Superávit de R\$ 221.688,46, é composto pelo resultado do Orçamento Centralizado - Prefeitura Municipal, Déficit de R\$ 29.769,27 e do conjunto do Orçamento das demais Unidades Municipais Superávit de R\$ 251.457,73.

Assim, a execução orçamentária do Município pode ser demonstrada, sinteticamente, da seguinte forma:

Quadro 02 – Demonstração do Resultado da Execução Orçamentária (em Reais) – 2014

Descrição	Previsão/Autorização	Execução	% Executado
RECEITA	20.727.350,00	17.186.701,96	82,92
DESPESA (considerando as alterações orçamentárias)	24.758.518,45	16.965.013,50	68,52
Superávit de Execução Orçamentária		221.688,46	

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

3.2. Análise do resultado orçamentário

A análise da evolução do resultado orçamentário é facilitada com o uso de quocientes, pois os resultados absolutos expressos nas demonstrações contábeis são relativizados, permitindo a comparação de dados entre exercícios e Municípios distintos.

A seguir é exibido quadro que evidencia a evolução do Quociente de Resultado Orçamentário do Município de Caxambu do Sul nos últimos 5 anos:

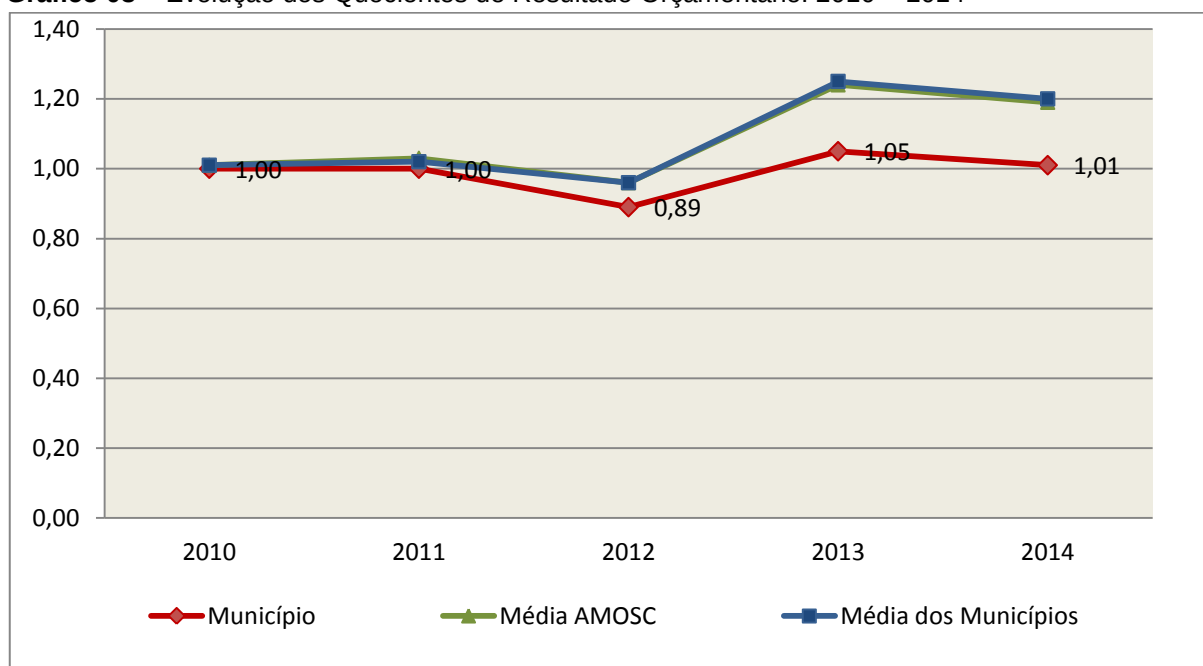
Quadro 03 – Quocientes de Resultado Orçamentário – 2010-2014

ITENS / ANO	2010	2011	2012	2013	2014
1 Receita realizada	10.243.952,57	13.366.292,94	13.926.112,13	13.929.782,67	17.186.701,96
2 Despesa executada	10.195.241,67	13.350.968,77	15.724.986,39	13.219.840,51	16.965.013,50
QUOCIENTE	2010	2011	2012	2013	2014
Resultado Orçamentário (1÷2)	1,00	1,00	0,89	1,05	1,01

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado e análise técnica.

O resultado orçamentário pode ser verificado por meio do quociente entre a receita orçamentária e a despesa orçamentária. Quando esse indicador for superior a 1,00 tem-se que o resultado orçamentário foi superavitário (receitas superiores às despesas).

Gráfico 03 – Evolução dos Quocientes de Resultado Orçamentário: 2010 – 2014



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias

Os quadros que sintetizam a execução das receitas e despesas no exercício trazem também os valores previstos ou autorizados pelo Legislativo Municipal, de forma que se possa avaliar a destinação de recursos pelo Poder Executivo, bem como o cumprimento de imposições constitucionais.

No âmbito do Município, a receita orçamentária pode ser entendida como os recursos financeiros arrecadados para fazer frente às suas despesas.

A receita arrecadada do exercício em exame atingiu o montante de **R\$ 17.186.701,96**, equivalendo a **82,92%** da receita orçada.

As receitas por origem e o cotejamento entre os valores previstos e os arrecadados são assim demonstrados:

Quadro 04 – Comparativo da Receita Orçamentária Prevista e Arrecadada (em Reais): 2014

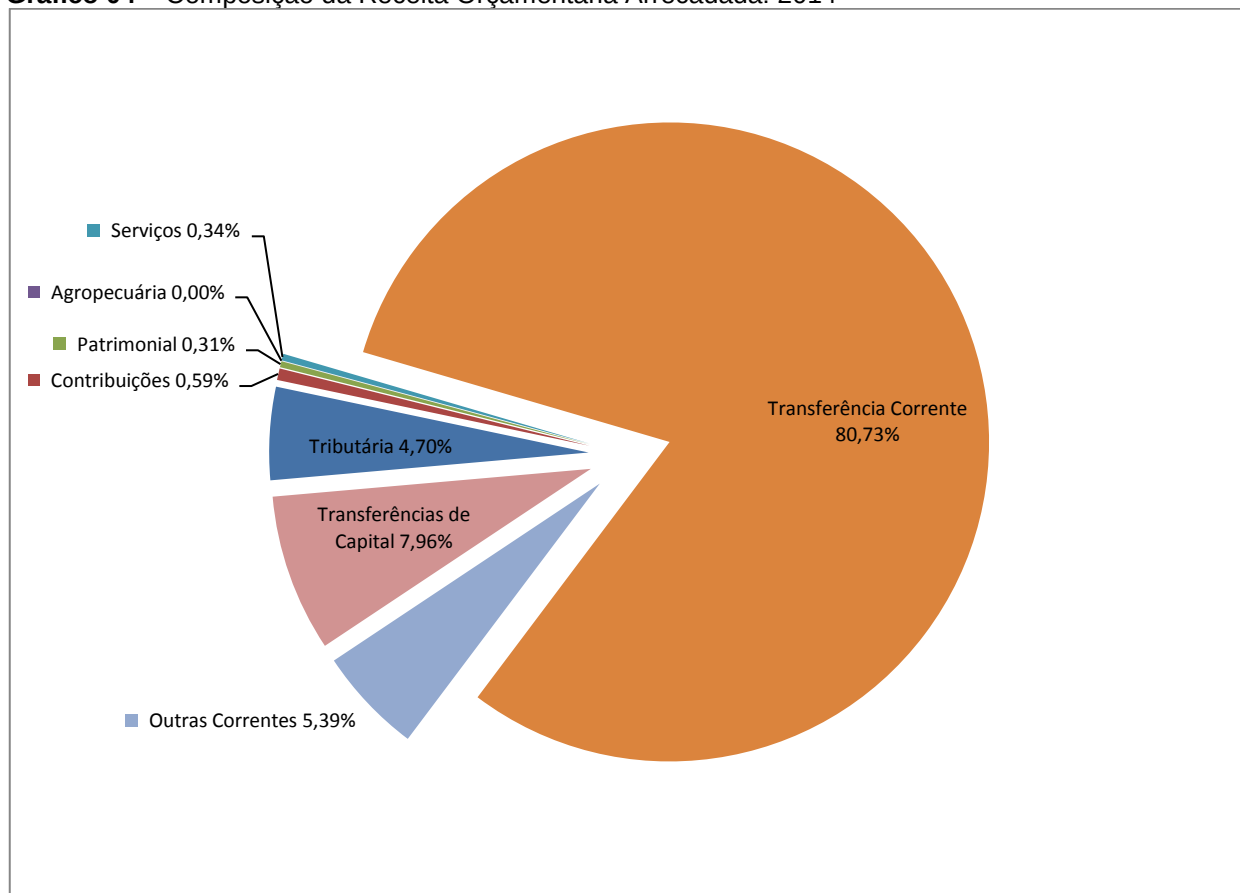
RECEITA POR ORIGEM	PREVISÃO	ARRECADAÇÃO	% ARRECADADO
Receita Tributária	638.450,00	806.989,17	126,40
Receita de Contribuições	90.000,00	100.638,07	111,82
Receita Patrimonial	50.400,00	52.452,54	104,07
Receita Agropecuária	18.000,00	830,50	4,61
Receita de Serviços	2.000,00	57.643,11	2.882,16

RECEITA POR ORIGEM	PREVISÃO	ARRECADAÇÃO	% ARRECADADO
Transferências Correntes	14.780.500,00	13.874.465,08	93,87
Outras Receitas Correntes	168.100,00	926.133,14	550,94
RECEITA CORRENTE	15.747.450,00	15.819.151,61	100,46
Alienação de Bens	100.000,00	-	-
Transferências de Capital	4.879.900,00	1.367.550,35	28,02
RECEITA DE CAPITAL	4.979.900,00	1.367.550,35	27,46
TOTAL DA RECEITA	20.727.350,00	17.186.701,96	82,92

Fonte: ¹Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e ²Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Obs.: Houve alteração de R\$ 294.176,50 da Receita Corrente para a de Capital, conforme fls. 210 a 223. Vide restrição anotada no item 8.1.6 - Restrições de Ordem Legal deste Relatório

Gráfico 04 – Composição da Receita Orçamentária Arrecadada: 2014

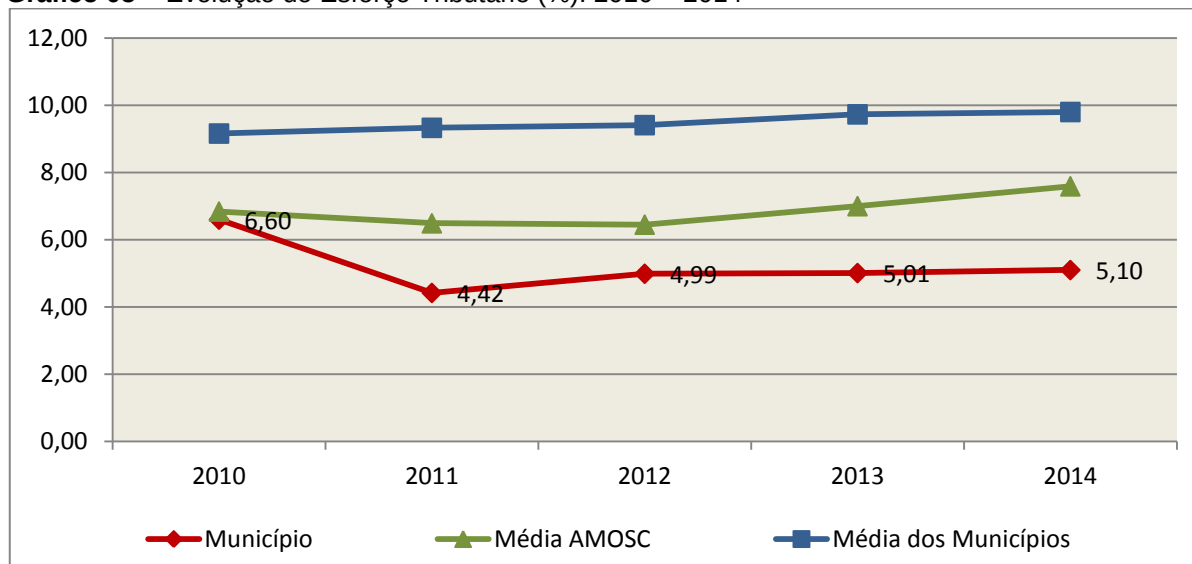


Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O gráfico anterior apresenta a relação de cada receita por origem com o total arrecadado no exercício. Destaca-se que parcela significativa da receita, **80,73%**, está concentrada nas transferências correntes.

Um aspecto importante a ser analisado na gestão da receita orçamentária pode ser traduzido como “esforço tributário”. O gráfico que segue mostra a evolução da receita tributária em relação ao total das receitas correntes do Município.

Gráfico 05 – Evolução do Esforço Tributário (%): 2010 – 2014

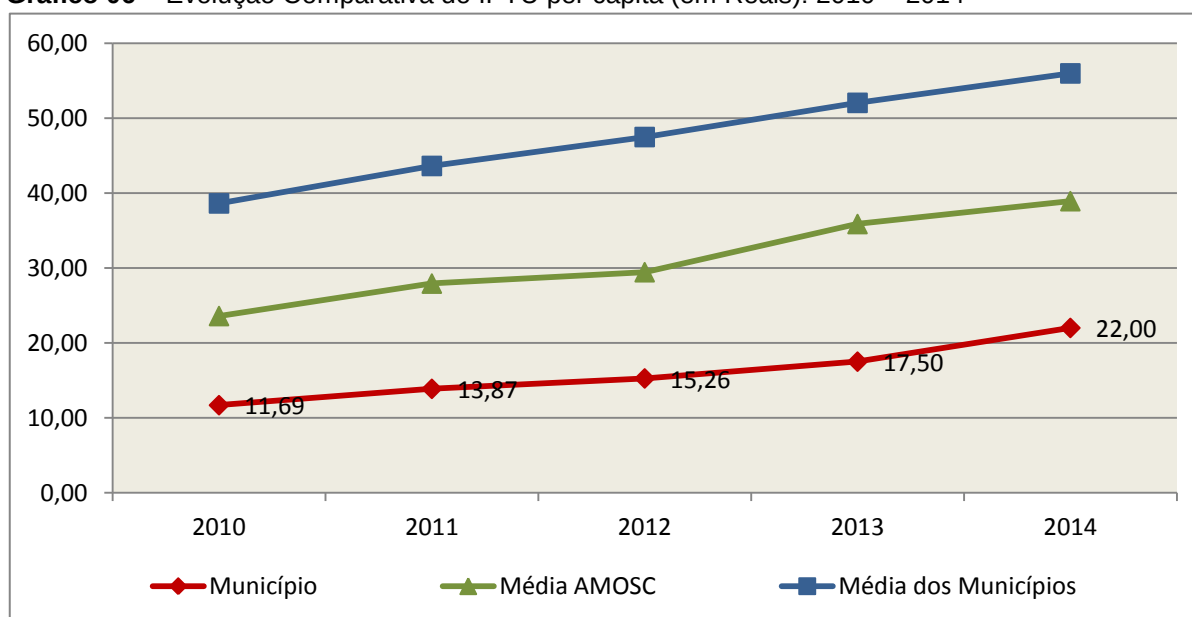


Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Relativamente às receitas arrecadadas, deve-se dar destaque às receitas próprias com impostos no exercício da competência tributária estabelecida constitucionalmente e exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse sentido, destaca-se no gráfico a seguir a evolução do IPTU arrecadado *per capita* nos últimos 5 (cinco) anos.

Gráfico 06 – Evolução Comparativa do IPTU per capita (em Reais): 2010 – 2014



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados, IBGE e análise técnica.

A Dívida Ativa apresentou o seguinte comportamento no exercício em análise:

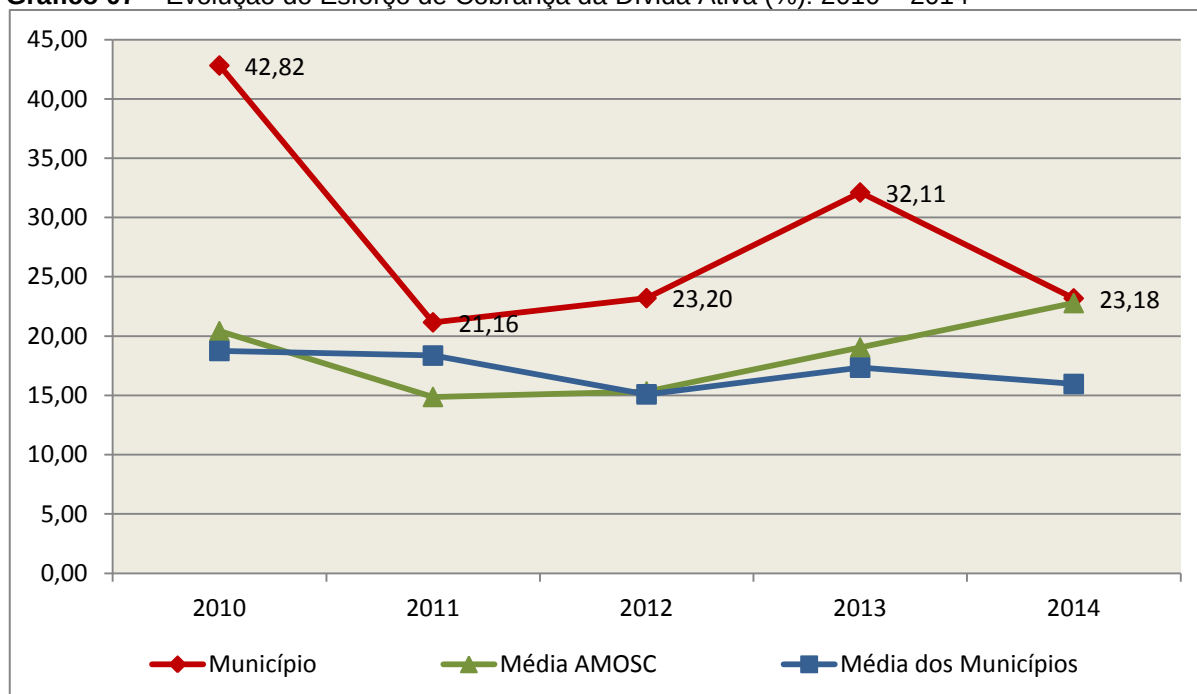
Quadro 05 – Movimentação da Dívida Ativa (em Reais): 2014

Saldo Anterior	Inscrição	Atualização, juros e multa	Provisão (líquida)	Recebimento	Outras Baixas	Saldo Final
140.310,52	69.582,07	0,00	84.628,82	32.529,32	0,00	92.734,45

Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados.

Importante também analisar a eficiência na cobrança da dívida ativa ao longo dos últimos cinco anos. O gráfico seguinte mostra o percentual de dívida ativa recebida em relação ao saldo do exercício anterior:

Gráfico 07 – Evolução do Esforço de Cobrança da Dívida Ativa (%): 2010 – 2014



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

No tocante as despesas executadas em contraposição às orçadas (incluindo as alterações orçamentárias), segundo a classificação funcional, tem-se a demonstração do próximo quadro:

Quadro 06 – Comparativo entre a Despesa por Função de Governo Autorizada e Executada: 2014

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	AUTORIZAÇÃO ¹ (R\$)	EXECUÇÃO ² (R\$)	% EXECUTADO
01-Legislativa	740.000,00	739.701,18	99,96
04-Administração	2.148.050,00	1.894.609,24	88,20
06-Segurança Pública	27.131,30	18.580,79	68,48
08-Assistência Social	1.332.920,79	804.873,48	60,38
10-Saúde	5.190.727,68	3.495.732,99	67,35

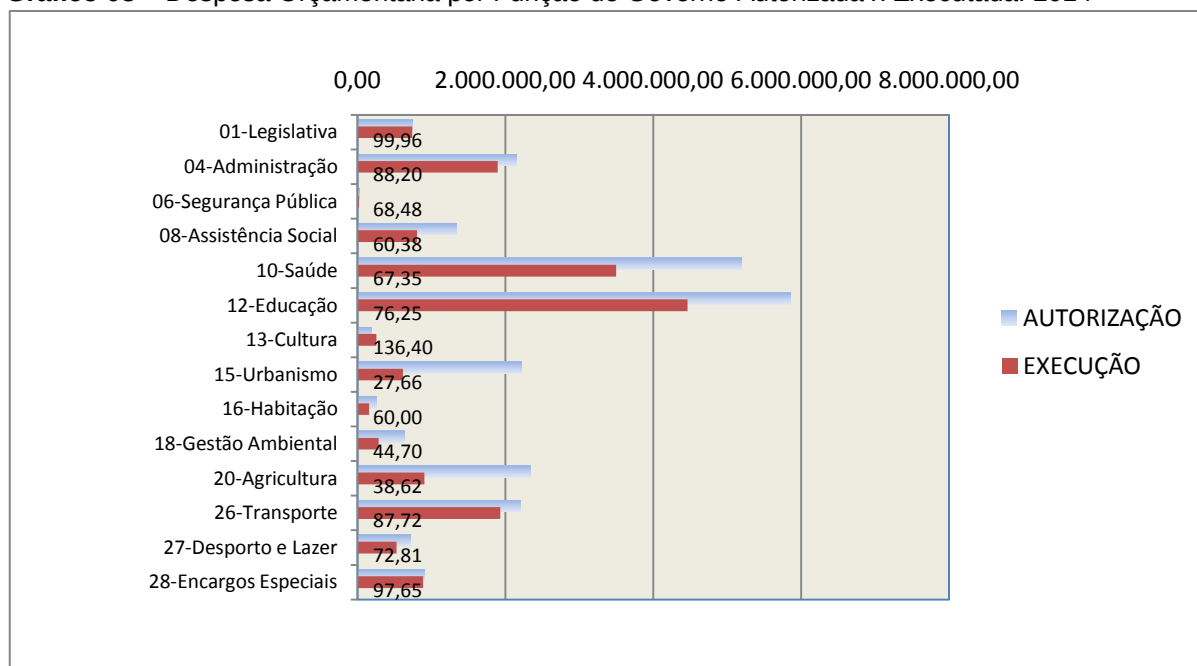
DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	AUTORIZAÇÃO ¹ (R\$)	EXECUÇÃO ² (R\$)	% EXECUTADO
12-Educação	5.853.678,00	4.463.369,01	76,25
13-Cultura	185.000,00	252.333,37	136,40
15-Urbanismo	2.224.306,72	615.276,38	27,66
16-Habitação	256.000,00	153.601,61	60,00
18-Gestão Ambiental	636.628,15	284.578,90	44,70
20-Agricultura	2.336.467,38	902.363,60	38,62
26-Transporte	2.200.069,25	1.929.846,52	87,72
27-Desporto e Lazer	721.039,18	524.977,30	72,81
28-Encargos Especiais	906.500,00	885.169,13	97,65
TOTAL DA DESPESA	24.758.518,45	16.965.013,50	68,52

Fontes: ¹Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e ²Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

A análise entre despesa autorizada e executada configura-se importante quando se tem como objetivo subsidiar o parecer prévio, permitindo identificar quais funções foram priorizadas ou contingenciadas em relação à deliberação legislativa no tocante ao orçamento municipal.

O gráfico seguinte demonstra o cotejamento entre as despesas autorizadas e executadas segundo as funções de governo. Trata-se de uma representação gráfica do Quadro anterior.

Gráfico 08 – Despesa Orçamentária por Função de Governo Autorizada x Executada: 2014



Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

A evolução das despesas executadas por função de governo está demonstrada no quadro a seguir:

Quadro 07 – Evolução das Despesas Executadas por Função de Governo (em Reais): 2010 – 2014

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	2010	2011	2012	2013	2014
01-Legislativa	299.917,01	372.572,21	472.523,79	496.613,07	739.701,18
04-Administração	1.270.476,30	2.026.846,07	1.774.990,86	1.473.200,35	1.894.609,24
06-Segurança Pública	-	-	-	-	18.580,79
08-Assistência Social	473.220,20	803.448,19	886.138,63	650.522,24	804.873,48
10-Saúde	2.406.481,74	2.935.799,71	3.567.542,67	3.279.205,74	3.495.732,99
12-Educação	2.494.341,01	3.264.048,39	3.457.362,76	3.821.855,74	4.463.369,01
13-Cultura	95.013,38	112.394,12	149.473,52	126.823,00	252.333,37
15-Urbanismo	564.552,43	816.587,41	1.002.923,22	778.881,91	615.276,38
16-Habituação	-	-	-	28.120,10	153.601,61
18-Gestão Ambiental	-	-	-	-	284.578,90
20-Agricultura	1.168.973,54	864.566,65	1.141.160,97	744.611,18	902.363,60
22-Indústria	100.000,00	-	-	-	-
26-Transporte	840.913,58	1.602.423,76	2.720.386,50	1.060.885,35	1.929.846,52
27-Desporto e Lazer	99.495,86	171.873,91	156.665,09	140.582,13	524.977,30
28-Encargos Especiais	381.856,62	380.408,35	379.827,32	618.539,70	885.169,13
TOTAL DA DESPESA REALIZADA	10.195.241,67	13.350.968,77	15.708.995,33	13.219.840,51	16.965.013,50

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

No quadro a seguir, demonstra-se a apuração das receitas decorrente de impostos, informação utilizada no cálculo dos limites com saúde e educação.

Quadro 08 – Apuração da Receita com Impostos: 2014

RECEITAS COM IMPOSTOS (incluídas as transferências de impostos)	Valor (R\$)	%
Imposto Predial e Territorial Urbano	90.595,61	0,76
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	188.629,72	1,58
Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza	344.171,23	2,88
Imposto s/Transmissão Inter vivos de Bens Imóveis e Direitos Reais sobre Bens Imóveis	61.022,63	0,51
Cota do ICMS	4.972.267,23	41,54
Cota-Parte do IPVA	256.277,10	2,14
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	74.849,12	0,63
Cota-Parte do FPM	5.904.511,33	49,33
Cota do ITR	3.494,11	0,03

RECEITAS COM IMPOSTOS (incluídas as transferências de impostos)	Valor (R\$)	%
Transferências Financeiras do ICMS - Desoneração L.C. nº 87/96	21.074,40	0,18
Receita de Dívida Ativa Proveniente de Impostos	25.859,21	0,22
Receita de Multas e Juros provenientes de impostos, inclusive da dívida ativa decorrente de impostos	25.789,60	0,22
TOTAL DA RECEITA COM IMPOSTOS	11.968.541,29	100,00

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O ingresso de recursos provenientes de impostos tem importância na gestão orçamentária municipal, eis que serve como denominador dos percentuais mínimos de aplicação em saúde e educação.

Da mesma forma, o total da Receita Corrente Líquida (RCL), demonstrado no quadro seguinte, serve como parâmetro para o cálculo dos percentuais máximos das despesas de pessoal estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quadro 09 – Apuração da Receita Corrente Líquida: 2014

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO	Valor (R\$)
Receitas Correntes Arrecadadas	18.013.531,07
(-) Dedução das receitas para formação do FUNDEB	2.194.379,46
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	15.819.151,61

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA

A análise compreendida neste capítulo consiste em demonstrar a situação patrimonial existente ao final do exercício, em contraposição à situação existente no final do exercício anterior; discriminando especificamente a variação da situação financeira do Município e sua capacidade de pagamento de curto prazo.

4.1. Situação Patrimonial

A situação patrimonial do Município está assim demonstrada:

Quadro 10 – Balanço Patrimonial do Município de Caxambu do Sul (em Reais): 2013 – 2014

ATIVO	2013	2014	PASSIVO	2013	2014
Financeiro	683.285,33	1.262.998,25	Financeiro	924.025,67	1.282.050,13
Disponível	680.210,79	1.261.130,74	Depósitos	40.638,19	38.735,85
Caixa	8.447,76	1.427,72	Consignações	40.638,19	38.735,85
Bancos Conta Movimento	8.834,78	244.167,23	Restos a Pagar	883.387,48	1.243.314,28
Bancos Conta Vinculada	11.526,51	3.322,95	Obrigações a Pagar	883.387,48	1.243.314,28
Aplicações Financeiras de Recursos Próprios	631.241,39	939.448,52			
Aplicações Financeiras de Recursos Vinculados	20.160,35	72.764,32			
Realizável	3.074,54	1.867,51			
Créditos a Receber	3.074,54	1.867,51			
Permanente	9.720.151,73	11.709.463,37	Permanente	1.366.735,88	806.575,56
Créditos	97.593,42	269.748,60	Dívida Fundada	1.181.554,47	748.357,05
Devedores - Entidades e Agentes	97.593,42	269.748,60	Débitos Consolidados	185.181,41	58.218,51
Bens e Valores em Circulação	-	3.984,95	Dívidas Renegociadas	111.866,44	58.218,51
Valores Pendentes a Curto Prazo	-	8.639,79	Obrigações a Pagar	73.314,97	-
Dívida Ativa	140.310,52	92.734,45	DIVERSAS PROVISÕES	0,00	0,00
Créditos Inscritos em Dívida Ativa a Curto Prazo	21.000,00	21.000,00	Valores Pendentes a Longo Prazo	0,00	0,00
(-) Provisão para Perdas Da Dívida Ativa a Curto Prazo	-	10.020,14			
Créditos Inscritos em Dívida Ativa a Longo Prazo	119.310,52	156.363,27			
(-) Provisão para Perdas da Dívida Ativa a Longo Prazo	-	74.608,68			
Imobilizado	9.482.247,79	11.334.355,58			
Bens Móveis e Imóveis	9.482.247,79	11.334.355,58			
Bens Imóveis	3.844.379,02	4.690.948,95			
Bens Móveis	5.637.868,77	6.643.406,63			
ATIVO REAL	10.403.437,06	12.972.461,62	PASSIVO REAL	2.290.761,55	2.088.625,69
SALDO PATRIMONIAL	0,00	0,00	SALDO PATRIMONIAL	8.112.675,51	10.883.835,93
			Ativo Real Líquido	8.112.675,51	10.883.835,93
TOTAL	10.403.437,06	12.972.461,62	TOTAL	10.403.437,06	12.972.461,62

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado.

Obs.: A divergência entre o saldo demonstrado no Anexo 17 e o saldo do Passivo Financeiro constante do Anexo 14 consta como restrição anotada no item 8.1.4 Restrições de Ordem Legal do capítulo Restrições Apuradas, deste Relatório.

4.2. Análise do resultado financeiro

Dentre os componentes patrimoniais é relevante no processo de análise das contas municipais, para fins de emissão do parecer prévio, a verificação da evolução do patrimônio financeiro e, sobretudo, a apuração da situação financeira no final do exercício, eis que a existência de passivos financeiros superiores a ativos financeiros revela restrições na capacidade de pagamento do Município frente às suas obrigações financeiras de curto prazo.

O confronto entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro do exercício encerrado resulta em Déficit Financeiro de **R\$ 19.051,88** e a sua correlação demonstra que para cada R\$ 1,00 (um real) de recursos financeiros existentes, o Município possui **R\$ 1,02** de dívida de curto prazo.

Em relação ao exercício anterior, ocorreu variação positiva de **R\$ 221.688,46** passando de um Déficit de **R\$ 240.740,34** para um Déficit de **R\$ 19.051,88**.

Registre-se que a Prefeitura apresentou um Déficit de **R\$ 252.148,07**.

Dessa forma, a variação do patrimônio financeiro do Município durante o exercício é demonstrada no quadro seguinte:

Quadro 11 – Variação do patrimônio financeiro do Município (em Reais) – 2013 - 2014

Grupo Patrimonial	Saldo inicial	Saldo final	Variação
Ativo Financeiro	683.285,33	1.262.998,25	579.712,92
Passivo Financeiro	924.025,67	1.282.050,13	358.024,46
Saldo Patrimonial Financeiro	-240.740,34	-19.051,88	221.688,46

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Obs.: Vide restrição anotada no item 8.1.2 - Restrições de Ordem Legal do capítulo Restrições Apuradas, deste Relatório.

4.2.1. Análise do resultado financeiro por especificação de fontes de recursos

A situação financeira analisada neste item tem como objetivo demonstrar o confronto entre os recursos financeiros e as respectivas obrigações financeiras, segregadas por vínculo de recurso.

Referida análise atende ao que determina o artigo 8º, 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, ou seja, vincular os recursos a sua disponibilidade específica.

Para o cálculo utilizou-se os seguintes critérios:

a) FR – Fonte de Recursos: refere-se à discriminação das especificações das fontes de recursos, conforme tabela de destinação de receita deste Tribunal de Contas;

b) Disponibilidade de Caixa Bruta: constitui-se dos saldos recursos financeiros (caixa, bancos, aplicações financeiras e outras disponibilidades financeiras) em 31/12/2014, segregados por especificações de fontes de recursos;

c) Obrigações financeiras: representa os valores, igualmente por disponibilidade de fontes de recursos, dos depósitos de terceiros e resultantes de consignações, cauções, outros depósitos de diversas origens e dos restos a pagar, sendo que, este último refere-se às despesas empenhadas, liquidadas ou não, e que estão pendentes de pagamento.

Ressalta-se, todavia, que em razão da análise técnica decorrente de auditorias, levantamentos, ofícios circulares encaminhados aos jurisdicionados, entre outros instrumentos de verificações, poderá haver ajustes na disponibilidade de caixa e nas obrigações financeiras apresentadas pelo ente.

d) Disponibilidade de Caixa líquida/resultado financeiro: evidencia o resultado financeiro por especificações de fontes de recursos, apurado entre o confronto dos recursos financeiros e as obrigações financeiras, levando-se em consideração os possíveis ajustes.

No tocante ao Samae - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, Autarquias e Empresas Públicas, suas disponibilidades de caixa serão consideradas como recursos vinculados, mesmo que registradas contabilmente com especificação de Fonte de Recursos 00 - recursos ordinários. O mesmo procedimento será adotado com relação às obrigações financeiras.

A seguir, expõe-se resumo da situação constatada do Município de Caxambu do Sul, sendo que no Apêndice, deste Relatório, encontra-se o cálculo de forma detalhada.

Quadro 11- A – Demonstrativo do Resultado Financeiro por especificações de Fonte de Recurso.

FONTE DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	Superávit / Déficit
RECURSOS VINCULADOS		
00 - Recursos Ordinários *	0,00	Superávit
16 - Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	129,34	Superávit
17 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	34.710,13	Superávit
18 - Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exercício na Educação Básica) - R\$ 1.506,56	1.506,56	Superávit

FONTE DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	Superávit / Déficit
19 - Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica) - R\$ 0,00		
22 - Transferências de Convênios - Educação	-10.451,06	Déficit
23 - Transferências de Convênios - Saúde	0,00	Superávit
24 - Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	8.161,44	Superávit
44 - Fundo Especial do Petróleo	19.217,58	Superávit
48 - Programa de Atenção à Criança - PAC	309,06	Superávit
50 - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI	0,00	Superávit
52 - Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência Social	161.048,36	Superávit
54 - Convênio Trânsito - Militar	1.183,70	Superávit
55 - Convênio Trânsito - Civil	2.104,57	Superávit
56 - Convênio Trânsito - Prefeitura	3.463,28	Superávit
58 - Salário Educação	6.795,21	Superávit
59 - Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	3.106,71	Superávit
60 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	9.559,00	Superávit
61 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	3,06	Superávit
64 - Atenção Básica	164.119,45	Superávit
65 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	2.131,43	Superávit
66 - Vigilância em Saúde	51.029,54	Superávit
67 - Assistência Farmacêutica Básica	11.829,09	Superávit
70 - Gestão SUS	173,72	Superávit
71 - Outros Recursos do Fundo Nacional de Saúde	0,00	Superávit
89 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas	35.124,36	Superávit
SOMATÓRIO DAS FONTES DE RECURSOS COM INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-10.451,06	
RECURSOS ORDINÁRIOS		
00 - Recursos Ordinários	-445.283,61	
01- Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	-82.191,74	
02 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	3.168,94	
TOTAL RECURSOS NÃO VINCULADOS	-524.306,41	Déficit

Fonte: Dados do Sistema e-Sfinge.

* As disponibilidades de caixa da Câmara Municipal de Caxambu do Sul foram consideradas como recursos vinculados.

4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira

A presente análise está baseada na demonstração de quocientes e/ou índices, os quais podem ser definidos como números comparáveis obtidos a partir da divisão de valores absolutos, destinados a medir componentes patrimoniais, financeiros e orçamentários existentes nas demonstrações contábeis.

Os quocientes escolhidos para viabilizar a análise da evolução patrimonial e financeira do Município, nos últimos cinco anos, estão dispostos no quadro a seguir, com a devida memória de cálculo:

Quadro 12 – Quocientes de Situação Patrimonial e Financeira – 2010 – 2014

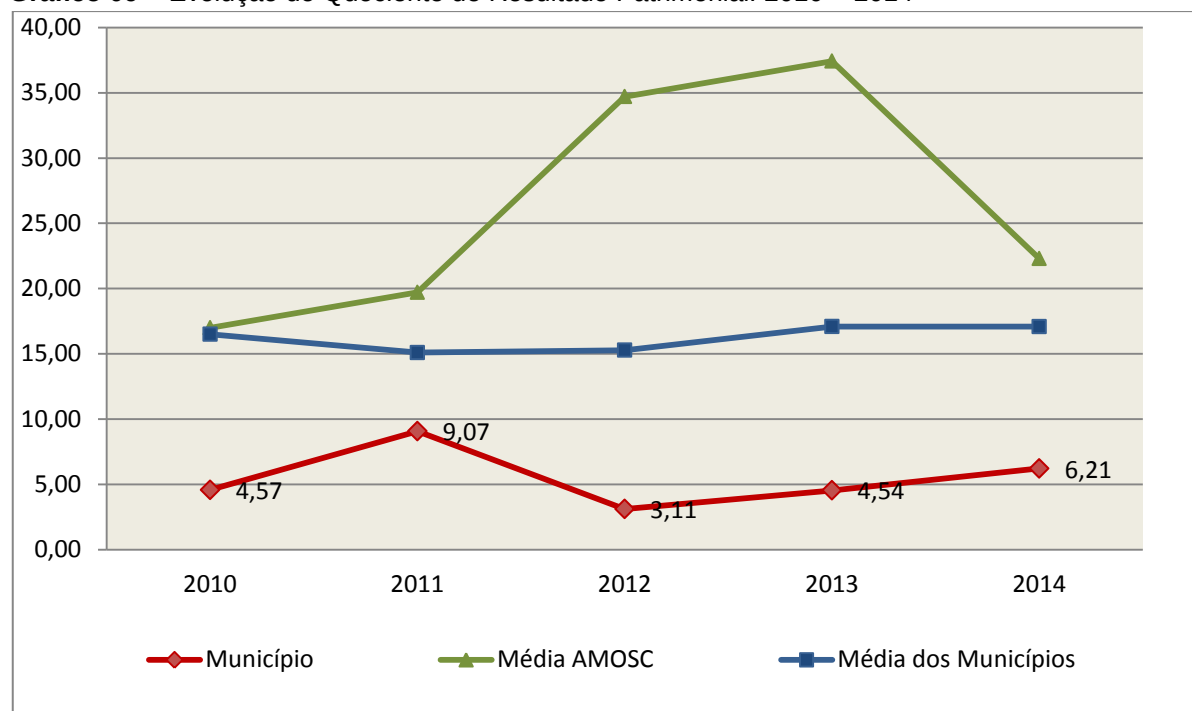
ITENS / ANO	2010	2011	2012	2013	2014
1 Despesa Executada	10.195.241,67	13.350.968,77	15.708.995,33	13.219.840,51	16.965.013,50
2 Restos a Pagar	491.334,26	258.420,64	1.413.422,72	883.387,48	1.243.314,28
3 Ativo Financeiro Ajustado	1.306.632,32	1.089.042,87	505.109,03	683.285,33	1.262.998,25
4 Passivo Financeiro Ajustado	491.334,26	258.420,64	1.473.361,06	924.025,67	1.282.050,13
5 Ativo Real	5.700.000,68	7.719.459,97	9.744.906,18	10.403.437,06	12.972.461,62
6 Passivo Real	1.246.779,09	851.542,21	3.132.894,10	2.290.761,55	2.088.625,69
QUOCIENTES	2010	2011	2012	2013	2014
Resultado Patrimonial (5÷6)	4,57	9,07	3,11	4,54	6,21
Situação Financeira (3÷4)	2,66	4,21	0,34	0,74	0,99
Restos a Pagar (2÷1)*100	4,82	1,94	9,00	6,68	7,33

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

O Quociente do Resultado Patrimonial é resultante da relação entre o Ativo Real e o Passivo Real.

Não há um parâmetro mínimo definido, mas se o resultado deste quociente apresentar-se inferior a 1,00 será indicativo da existência de dívidas (curto e longo prazo) sem ativos suficientes para cobri-las.

Gráfico 09 – Evolução do Quociente de Resultado Patrimonial: 2010 – 2014



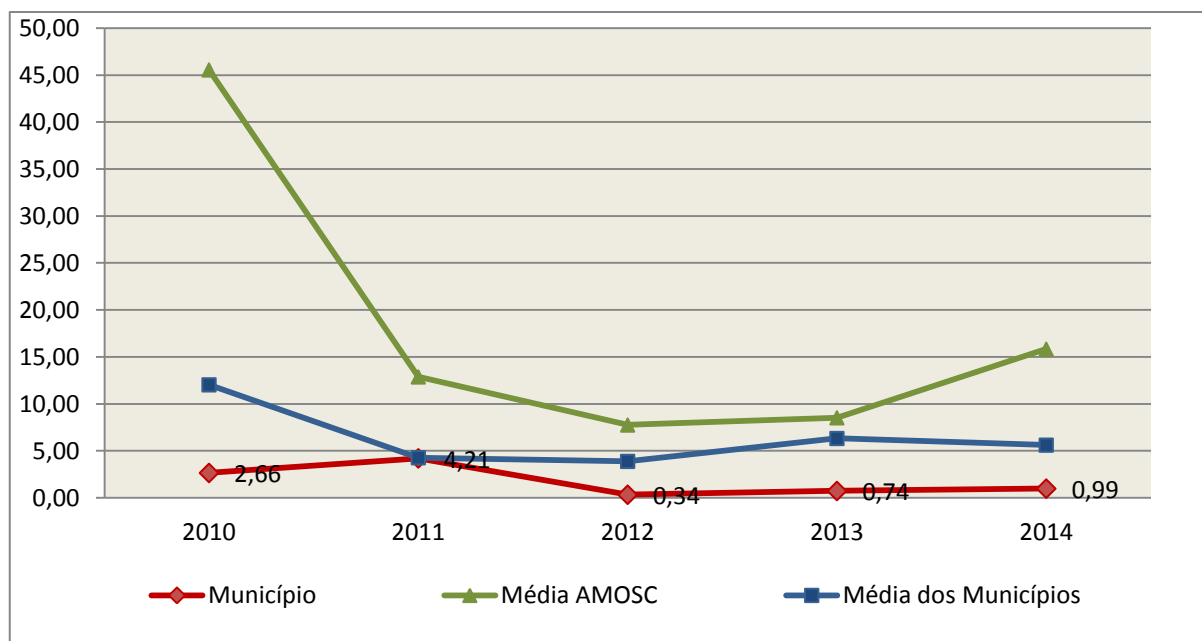
Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Como demonstra o gráfico anterior, no final do exercício de 2014 o Ativo Real apresenta-se **6,21** vezes maior que o Passivo Real (dívidas).

O Quociente da Situação Financeira é resultante da relação entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, demonstrando a capacidade de pagamento de curto prazo do Município.

O ideal é que esse quociente apresente valor maior que 1,00, pois assim indicará que as obrigações financeiras de curto prazo podem ser cobertas pelos ativos financeiros do Município.

Gráfico 10 – Evolução do Quociente da Situação Financeira: 2010 – 2014



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

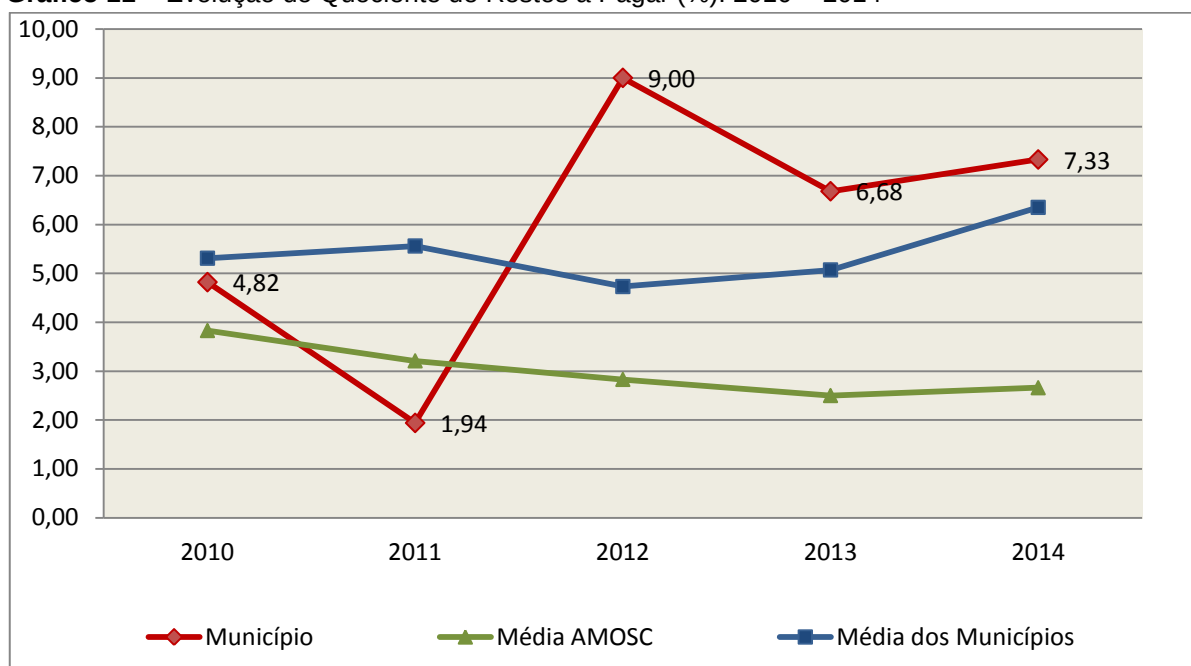
Como demonstra o gráfico, a situação financeira do Município apresenta-se Deficitária, sendo que no final do exercício de 2014 o Ativo Financeiro representa **0,99** vezes o valor do Passivo Financeiro.

O Quociente de Restos a Pagar (processados e não processados) expressa em termos percentuais à relação entre o saldo final dos restos a pagar e o total da Despesa Orçamentária.

Quanto menor esse quociente, menos comprometida será a gestão orçamentária e o fluxo financeiro do Município. Aumentos significativos deste quociente podem indicar que o Município não está conseguindo pagar no exercício as despesas que nele empenhou.

A situação apresentada pelo Município de Caxambu do Sul é demonstrada no gráfico a seguir:

Gráfico 11 – Evolução do Quociente de Restos a Pagar (%): 2010 – 2014



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Verifica-se no gráfico anterior que o saldo final de Restos a Pagar corresponde a **7,33%** da despesa orçamentária do exercício.

5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES

O ordenamento vigente estabelece limites mínimos para aplicação de recursos na Educação e Saúde, bem como os limites máximos para despesas com pessoal.

5.1. Saúde

Limite: mínimo de 15% das receitas com impostos, inclusive transferências, de aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde para o exercício de 2014 – artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

Constatou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 2.255.504,90** em gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, o que corresponde a **18,85%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 460.223,71**, representando **3,85%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

A apuração das despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde, pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 13 – Apuração das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde: 2014

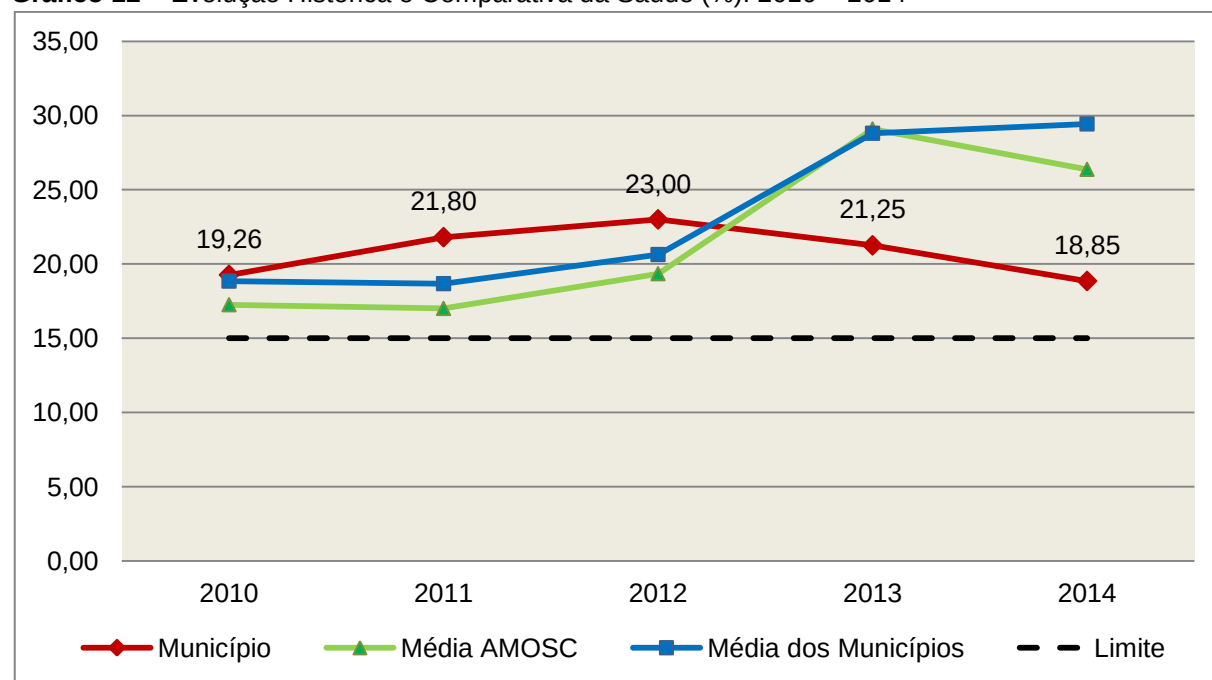
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Total da Receita com Impostos	11.968.541,29	100,00
Total das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	3.495.732,99	29,21
Atenção Básica	3.227.585,31	26,97
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	240.000,00	2,01
Vigilância Sanitária	28.147,68	0,24
(-) Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde*	1.240.228,09	10,36
Total das Despesas para Efeito do Cálculo	2.255.504,90	18,85
Valor Mínimo a ser Aplicado	1.795.281,19	15,00
Valor Acima do Limite	460.223,71	3,85

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde:

Gráfico 12 – Evolução Histórica e Comparativa da Saúde (%): 2010 – 2014



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de Caxambu do Sul em 2014 reduziu seus gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

5.2. Ensino

5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências

Limite: mínimo de 25% proveniente de impostos, compreendida a proveniente de transferências, em gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (exercício de 2014) – art. 212 da Constituição Federal.

Apurou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 4.414.783,53** em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, o que corresponde a **36,89%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 1.422.648,21**, representando **11,89%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 212 da Constituição Federal.

A apuração das despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 14 – Apuração das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino: 2014

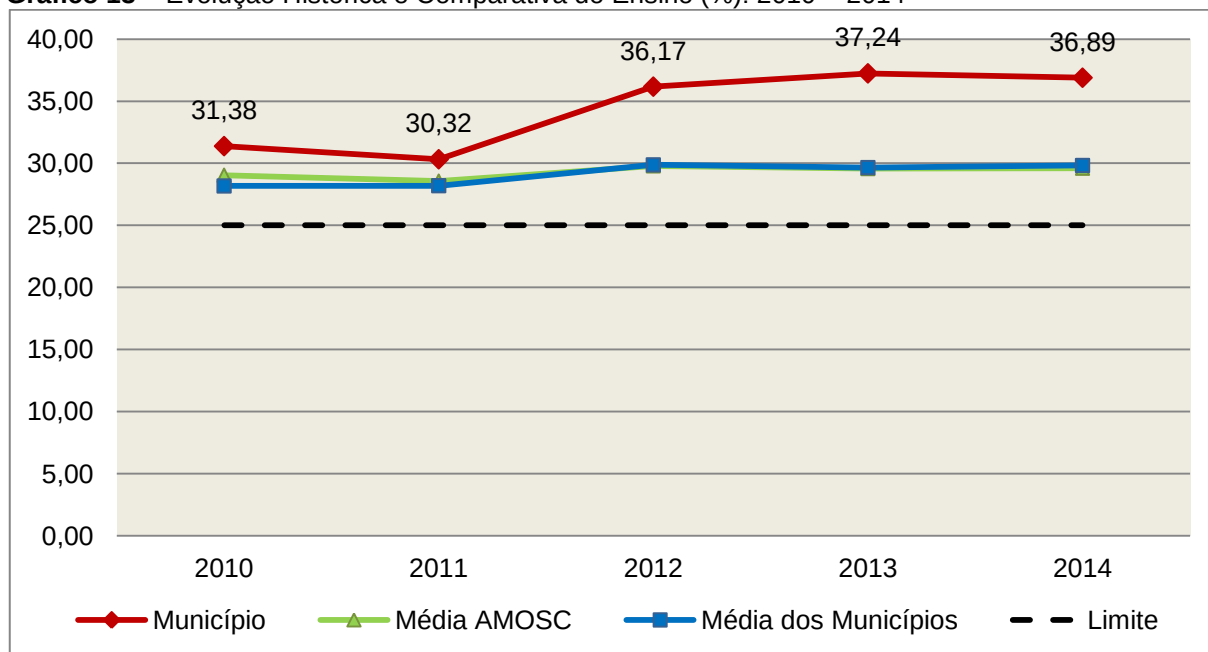
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Total da Receita com Impostos	11.968.541,29	100,00
Valor Aplicado Educação Infantil	667.405,24	5,58
Educação Infantil	667.405,24	5,58
Valor Aplicado Ensino Fundamental	3.737.463,77	31,23
Ensino Fundamental	3.737.463,77	31,23
Valor Aplicado Ensino Básico	58.500,00	-
Ensino Básico	58.500,00	-
(-) Total das Deduções com Educação Básica*	972.636,20	8,13
(+) Perda com FUNDEB	926.725,58	7,74
(-) Rendimentos de Aplicações Financeiras	2.674,86	0,02
Total das Despesas para efeito de Cálculo	4.414.783,53	36,89
Valor Mínimo a ser Aplicado	2.992.135,32	25,00
Valor Acima do Limite (25%)	1.422.648,21	11,89

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

Gráfico 13 – Evolução Histórica e Comparativa do Ensino (%): 2010 – 2014



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de Caxambu do Sul em 2014 reduziu seus gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

5.2.2. FUNDEB

Limite 1: mínimo de 60% dos recursos oriundos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício – art. 60, XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT c/c art. 22 da Lei nº 11.494/07.

Verificou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 789.032,53**, equivalendo a **62,11%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em gastos com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 60, inciso XII do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e artigo 22 da Lei nº 11.494/2007.

A apuração das despesas com profissionais do magistério em efetivo exercício pode ser demonstrada da seguinte forma:

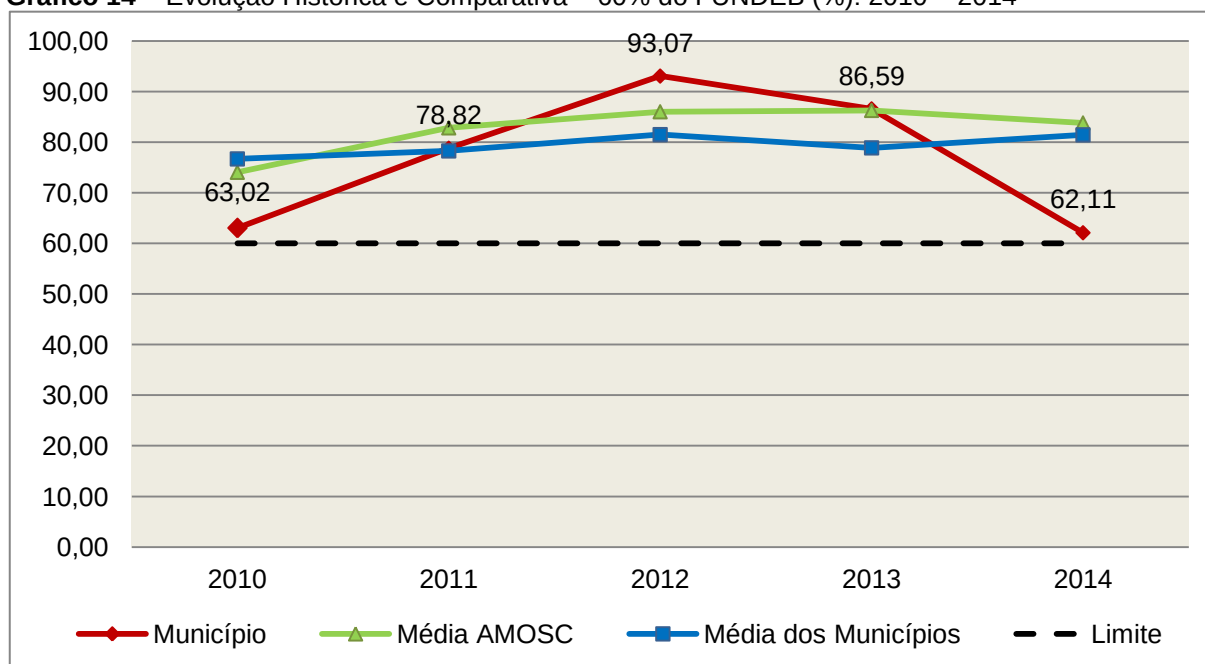
Quadro 15 – Apuração das Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício – FUNDEB: 2014

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Transferências do FUNDEB	1.267.653,88
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB	2.674,86
Total dos recursos oriundos do FUNDEB	1.270.328,74
60% dos Recursos Oriundos do FUNDEB	762.197,24
Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício aplicadas com Recursos do FUNDEB (Acrescido o valor de R\$ 28.779,14 referente ao pagamento de rescisão de contrato professores lançados na FR 19 (fls. 243/244))	789.032,53
Valor Acima do Limite	26.835,29

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e da análise técnica.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício:

Gráfico 14 – Evolução Histórica e Comparativa – 60% do FUNDEB (%): 2010 – 2014



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Limite 2: mínimo de 95% dos recursos oriundos do FUNDEB (no exercício financeiro em que forem creditados), em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – art. 21 da Lei nº 11.494/07.

Constatou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 1.268.822,18**, equivalendo a **99,88%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21 da Lei nº 11.494/2007.

A apuração das despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 16 – Apuração das Despesas com FUNDEB: 2014

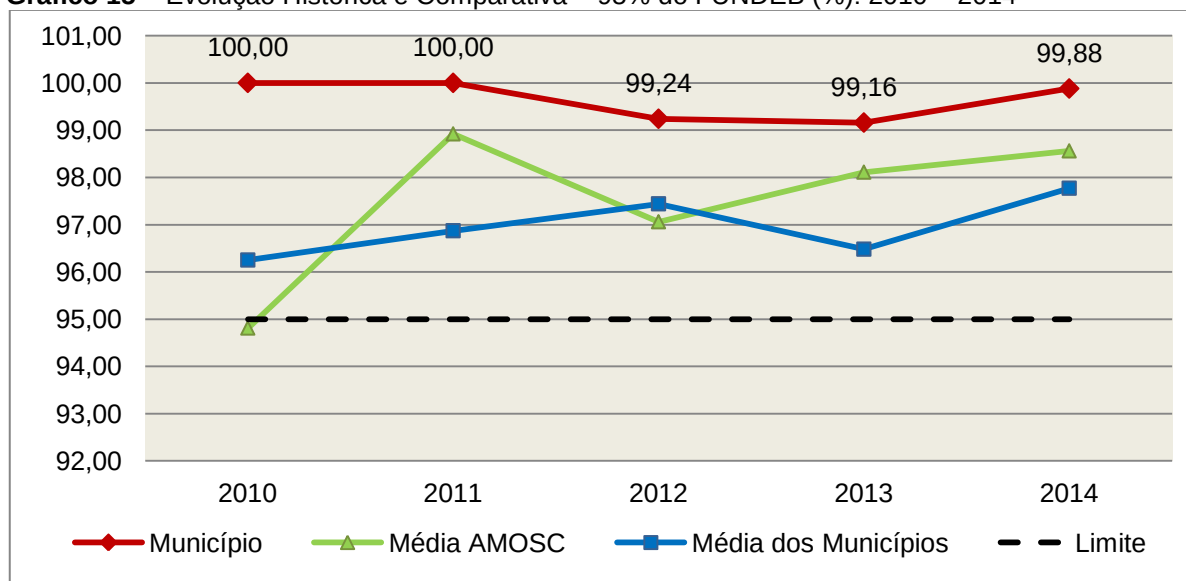
COMPONENTE	VALOR (R\$)
Total dos Recursos Oriundos do FUNDEB	1.270.328,74
95% dos Recursos do FUNDEB	1.206.812,30
Despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica aplicadas no exercício com recursos do FUNDEB *	1.268.822,18
Valor Acima do Limite	62.009,88

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

Obs.: * Apuração efetuada com base na execução orçamentária (despesas empenhadas, liquidadas e pagas e os restos a pagar inscritos no exercício com disponibilidade financeira, considerando-se ainda as possíveis exclusões relativas às despesas impróprias, entre outras).

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB:

Gráfico 15 – Evolução Histórica e Comparativa – 95% do FUNDEB (%): 2010 – 2014



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Com relação às despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica custeadas com recursos do FUNDEB, no exercício em análise, o Município de Caxambu do Sul ampliou sua aplicação, quando comparado ao exercício anterior.

Limite 3: utilização dos recursos do FUNDEB, no exercício seguinte ao do recebimento e mediante abertura de crédito adicional - artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

O Município realizou despesas, após o 1º trimestre mediante a abertura de crédito adicional, no valor de **R\$ 9.165,81, DESCUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007 (Obs.: Vide restrição anotada no item 8.1.3 - Restrições de Ordem Legal).

Superávit financeiro do FUNDEB em 31/12/2014: No tocante ao controle da utilização dos recursos do FUNDEB para o exercício seguinte apresenta-se o Quadro abaixo:

Quadro 16A – Controle da utilização de recursos para o exercício subsequente (art. 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007)

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Saldo Financeiro do FUNDEB em 31/12/2014	1.506,56
(-) Despesas inscritas em Restos a Pagar no exercício e em exercícios anteriores pendentes de pagamento e/ou despesas registradas em DDO no exercício, com disponibilidade dos recursos do FUNDEB	0,00
(=) Recursos do FUNDEB que não foram utilizados	1.506,56

Fonte: Dados do Sistema e-Sfinge e análise técnica.

5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF)

5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município

Limite: 60% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Município – art. 169 da Constituição Federal c/c o art. 19, III da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 17 – Apuração das Despesas com Pessoal do Município: 2014

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	15.819.151,61	100,00
LIMITE DE 60% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	9.491.490,97	60,00
Despesas com Pessoal do Poder Executivo	7.810.620,00	49,37
Pessoal e Encargos	7.724.965,80	48,83

Outras Despesas de Pessoal consideradas pela Instrução (fls. 234/241)	85.654,20	0,54
Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	394.403,67	2,49
Pessoal e Encargos	394.403,67	2,49
Total das deduções das despesas com pessoal*	85.654,20	0,54
TOTAL DA DESPESA PARA EFEITO DE CÁLCULO DA DESPESA COM PESSOAL DO MUNICÍPIO	8.119.369,47	51,33
Valor Abaixo do Limite (60%)	1.372.121,50	8,67

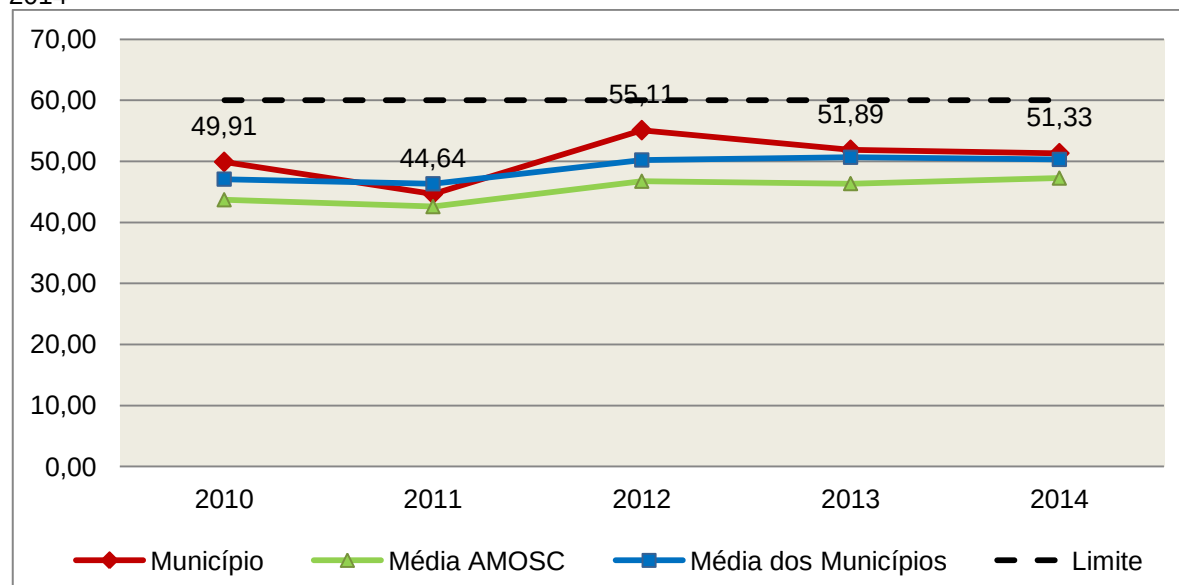
Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

No exercício em exame, o Município gastou **51,33%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** o limite contido no artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Município:

Gráfico 16 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Município: 2010 – 2014



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior mostra a redução dos gastos com pessoal do Município de Caxambu do Sul, quando comparado ao exercício anterior.

5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo

Limite: 54% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Executivo (Prefeitura, Fundos, Fundações, Autarquias e Empresas Estatais Dependentes) – Artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 18 – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Executivo: 2014

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	15.819.151,61	100,00
LIMITE DE 54% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	8.542.341,87	54,00
Despesas com Pessoal do Poder Executivo	7.810.620,00	49,37
Deduções das despesas com pessoal do Poder Executivo*	85.654,20	0,54
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	7.724.965,80	48,83
Valor Abaixo do Limite (54%)	817.376,07	5,17

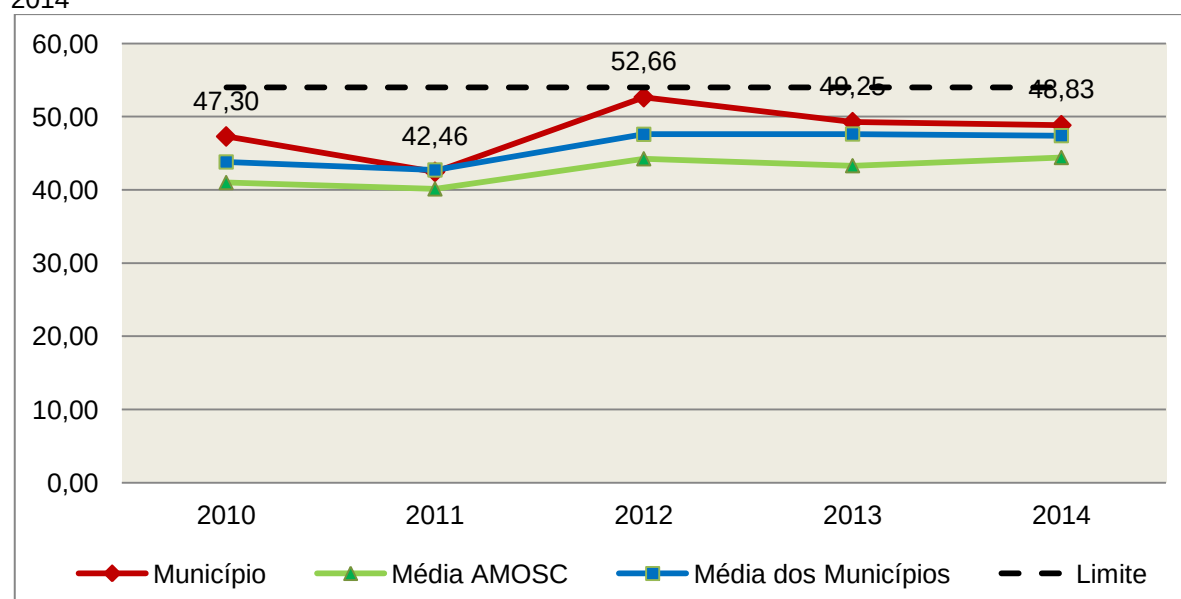
Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

O demonstrativo acima comprova que, no exercício em exame, o Poder Executivo gastou **48,83%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Executivo:

Gráfico 17 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Executivo: 2010 – 2014



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Da análise do gráfico, verifica-se que os gastos com pessoal do Poder Executivo reduziram, quando comparado ao exercício anterior.

5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo

Limite: 6% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Legislativo (Câmara Municipal) – Artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 19 – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo: 2014

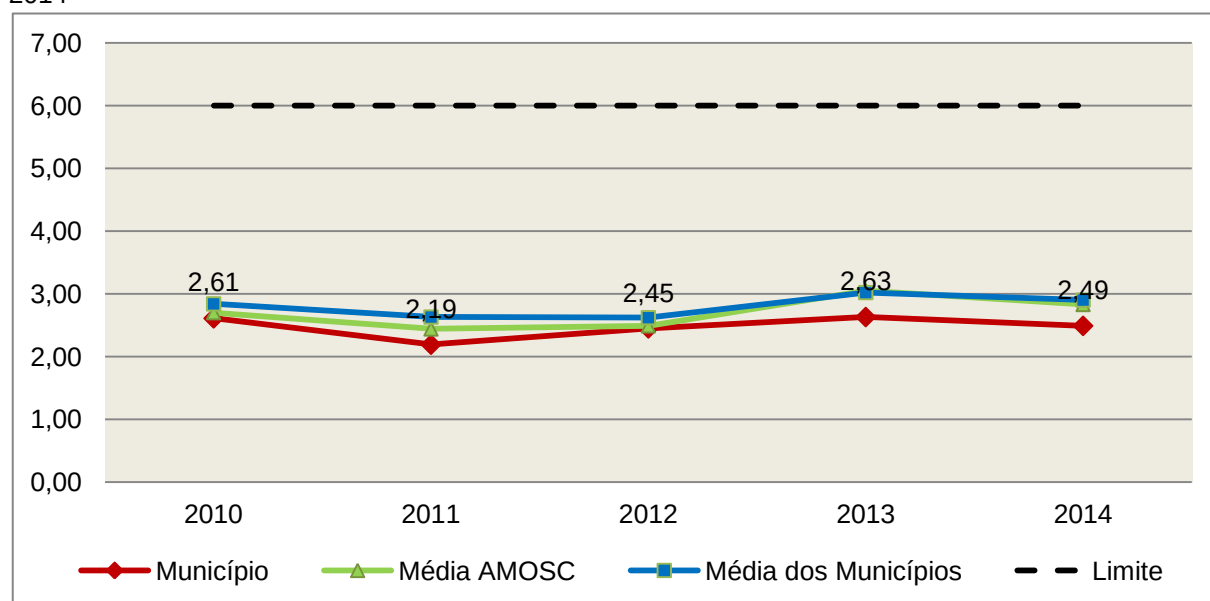
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	15.819.151,61	100,00
LIMITE DE 6% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	949.149,10	6,00
Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	394.403,67	2,49
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	394.403,67	2,49
Valor Abaixo do Limite (6%)	554.745,43	3,51

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O Poder Legislativo gastou, no exercício em exame, **2,49%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Legislativo:

Gráfico 18 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Legislativo: 2010 – 2014



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O estudo evolutivo dos gastos com pessoal da Câmara expõe que houve uma redução do percentual quando comparado ao exercício anterior.

6. CONSELHOS MUNICIPAIS

Os Conselhos Municipais são considerados órgãos públicos que contribuem de forma significativa na execução de políticas públicas setoriais.

Podem ser de natureza obrigatória ou discricionária, ou seja, os de criação obrigatória são exigidos por leis federais, cujas funções são definidas como deliberativas, fiscalizadoras, assessoramento, supervisora e executiva; enquanto que os discricionários são decorrentes de legislação municipal.

O artigo 20, § 2º da Resolução n. TC – 16/94, alterado pelo artigo 1º da Resolução n. TC 077/2013, de 29 de abril de 2013 exige a remessa dos pareceres dos conselhos obrigatórios, juntamente com a prestação de contas anual, quais sejam:

a) Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, previsto no art. 24, da Lei Federal n.º 11.494, de 20 de junho de 2007.

b) Conselho Municipal de Saúde, previsto no art. 1º, caput e § 2º da Lei Federal n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990;

c) Conselho Municipal dos Direitos da Infância e do Adolescente, previsto no art. 88, inciso II da Lei Federal n.º 8.069, de 13 de junho de 1990;

d) Conselho Municipal de Assistência Social, previsto no art. 16, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993;

e) Conselho Municipal de Alimentação Escolar, previsto no art. 18 da Lei Federal n.º 11.947, de 16 de junho de 2009;

f) Conselho Municipal do Idoso, previsto no art. 6º da Lei Federal n.º 8.842, de 04 de janeiro de 1994.

6.1. Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACS – FUNDEB)

O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb está previsto no artigo 24 da Lei Federal n.º 44.494, de 20 de junho de 2007.

Referido órgão tem a função de acompanhar a correta aplicação dos recursos do Fundeb e do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), bem como supervisionar o censo escolar anual.

O Conselho Municipal do Fundeb é autônomo, não é subordinado ao Poder Executivo e seus membros não são remunerados. No entanto, deverá ser criado por lei específica municipal, e sua composição deve obedecer ao que prescreve o art. 24, § 1º, IV e § 2º da Lei n.º 11.494/2007:

Art. 24. O acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos dos Fundos serão exercidos, junto aos respectivos governos, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por conselhos instituídos especificamente para esse fim.

§ 1º Os conselhos serão criados por legislação específica, editada no pertinente âmbito governamental, observados os seguintes critérios de composição:

[....]

IV - em âmbito municipal, por no mínimo 9 (nove) membros, sendo:

- a) 2 (dois) representantes do Poder Executivo Municipal, dos quais pelo menos 1 (um) da Secretaria Municipal de Educação ou órgão educacional equivalente;
- b) 1 (um) representante dos professores da educação básica pública;
- c) 1 (um) representante dos diretores das escolas básicas públicas;
- d) 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas;
- e) 2 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública;

f) 2 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública, um dos quais indicado pela entidade de estudantes secundaristas.

§ 2º Integrarão ainda os conselhos municipais dos Fundos, quando houver, 1 (um) representante do respectivo Conselho Municipal de Educação e 1 (um) representante do Conselho Tutelar a que se refere a [Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990](#), indicados por seus pares.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Caxambu do Sul**, constata-se que o Parecer do Conselho do FUNDEB indica que as respectivas contas foram aprovadas (fls. 144/150).

6.2. Conselho Municipal de Saúde (CMS)

O Conselho Municipal de Saúde – CMS está previsto no art. 1º, inciso II da Lei Federal n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

Trata-se de um órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, atua na formação de estratégias e no controle da execução das políticas de saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder executivo municipal⁵.

Compõe-se, conforme prescreve a terceira diretriz da Resolução n.º 453, de 10 de maio de 2012:

- a) 50% de entidades e movimentos representativos de usuários;
- b) 25% de entidades representativas dos trabalhadores da área de Saúde;
- c) 25% de representação de governo e prestadores de serviços privados conveniados, ou sem fins lucrativos.

O Conselho Municipal de Saúde tem as competências elencadas pela quinta diretriz da Resolução n.º 453/2012:

Quinta Diretriz: aos Conselhos de Saúde Nacional, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, que têm

⁵ Viana, Luiz Cláudio. O papel dos conselhos municipais na gestão pública [monografia]; orientadora, Maria Eliana Cristina Bar. - Florianópolis, SC, 2011. p. 26

competências definidas nas leis federais, bem como em indicações advindas das Conferências de Saúde, compete:

I - fortalecer a participação e o Controle Social no SUS, mobilizar e articular a sociedade de forma permanente na defesa dos princípios constitucionais que fundamentam o SUS;

II - elaborar o Regimento Interno do Conselho e outras normas de funcionamento;

III - discutir, elaborar e aprovar propostas de operacionalização das diretrizes aprovadas pelas Conferências de Saúde;

IV - atuar na formulação e no controle da execução da política de saúde, incluindo os seus aspectos econômicos e financeiros, e propor estratégias para a sua aplicação aos setores público e privado;

V - definir diretrizes para elaboração dos planos de saúde e deliberar sobre o seu conteúdo, conforme as diversas situações epidemiológicas e a capacidade organizacional dos serviços;

VI - anualmente deliberar sobre a aprovação ou não do relatório de gestão;

VII - estabelecer estratégias e procedimentos de acompanhamento da gestão do SUS, articulando-se com os demais colegiados, a exemplo dos de seguridade social, meio ambiente, justiça, educação, trabalho, agricultura, idosos, criança e adolescente e outros;

VIII - proceder à revisão periódica dos planos de saúde;

IX - deliberar sobre os programas de saúde e aprovar projetos a serem encaminhados ao Poder Legislativo, propor a adoção de critérios definidores de qualidade e resolutividade, atualizando-os face ao processo de incorporação dos avanços científicos e tecnológicos na área da Saúde;

X - avaliar, explicitando os critérios utilizados, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde do SUS;

XI - avaliar e deliberar sobre contratos, consórcios e convênios, conforme as diretrizes dos Planos de Saúde Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais;

XII - acompanhar e controlar a atuação do setor privado credenciado mediante contrato ou convênio na área de saúde;

XIII - aprovar a proposta orçamentária anual da saúde, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, observado o princípio do

processo de planejamento e orçamento ascendentes, conforme legislação vigente;

XIV - propor critérios para programação e execução financeira e orçamentária dos Fundos de Saúde e acompanhar a movimentação e destino dos recursos;

XV - fiscalizar e controlar gastos e deliberar sobre critérios de movimentação de recursos da Saúde, incluindo o Fundo de Saúde e os recursos transferidos e próprios do Município, Estado, Distrito Federal e da União, com base no que a lei disciplina;

XVI - analisar, discutir e aprovar o relatório de gestão, com a prestação de contas e informações financeiras, repassadas em tempo hábil aos conselheiros, e garantia do devido assessoramento;

XVII - fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento das ações e dos serviços de saúde e encaminhar denúncias aos respectivos órgãos de controle interno e externo, conforme legislação vigente;

XVIII - examinar propostas e denúncias de indícios de irregularidades, responder no seu âmbito a consultas sobre assuntos pertinentes às ações e aos serviços de saúde, bem como apreciar recursos a respeito de deliberações do Conselho nas suas respectivas instâncias;

XIX - estabelecer a periodicidade de convocação e organizar as Conferências de Saúde, propor sua convocação ordinária ou extraordinária e estruturar a comissão organizadora, submeter o respectivo regimento e programa ao Pleno do Conselho de Saúde correspondente, convocar a sociedade para a participação nas pré-conferências e conferências de saúde;

XX - estimular articulação e intercâmbio entre os Conselhos de Saúde, entidades, movimentos populares, instituições públicas e privadas para a promoção da Saúde;

XXI - estimular, apoiar e promover estudos e pesquisas sobre assuntos e temas na área de saúde pertinente ao desenvolvimento do Sistema Único de Saúde (SUS);

XXII - acompanhar o processo de desenvolvimento e incorporação científica e tecnológica, observados os padrões éticos compatíveis com o desenvolvimento sociocultural do País;

XXIII - estabelecer ações de informação, educação e comunicação em saúde, divulgar as funções e competências do Conselho de Saúde, seus trabalhos e decisões nos meios de comunicação, incluindo

informações sobre as agendas, datas e local das reuniões e dos eventos;

XXIV - deliberar, elaborar, apoiar e promover a educação permanente para o controle social, de acordo com as Diretrizes e a Política Nacional de Educação Permanente para o Controle Social do SUS;

XXV - incrementar e aperfeiçoar o relacionamento sistemático com os poderes constituídos, Ministério Público, Judiciário e Legislativo, meios de comunicação, bem como setores relevantes não representados nos conselhos;

XXVI - acompanhar a aplicação das normas sobre ética em pesquisas aprovadas pelo CNS;

XXVII - deliberar, encaminhar e avaliar a Política de Gestão do Trabalho e Educação para a Saúde no SUS;

XXVIII - acompanhar a implementação das propostas constantes do relatório das plenárias dos Conselhos de Saúde; e

XXIX - atualizar periodicamente as informações sobre o Conselho de Saúde no Sistema de Acompanhamento dos Conselhos de Saúde (SIACS).

Salienta-se que os membros do Conselho não são remunerados e suas funções são consideradas de relevância pública.

Conforme consta do processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Caxambu do Sul**, a análise do Parecer do Conselho Municipal de Saúde indica que as contas foram aprovadas (fls. 190/192).

6.3. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

A Constituição Federal trata do dever da família, da sociedade e do Estado, em caráter prioritário, em assegurar à criança e ao adolescente uma série de direitos, conforme pode ser constatado em seu artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Nessa linha foi promulgada a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e trata sobre a proteção integral desses.

A referida Lei prevê em seu artigo 88, incisos II e IV, a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a manutenção de fundo especial, respectivamente. Esse fundo, no caso dos Municípios, deve ser criado por lei municipal, obedecendo ao disposto no artigo 167, IX da Constituição Federal e artigo 74 da Lei nº 4.320/64.

O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente é órgão deliberativo e controlador das ações relacionadas à política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Caxambu do Sul**, constata-se que as contas foram aprovadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com ressalva, conforme exposto às fls. 203/207 dos autos.

6.3.1 Do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA

A receita do referido Fundo deve ser vinculada aos seus objetivos e sua finalidade, sendo que a forma de aplicação dos recursos é determinada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Isto é operacionalizado através da aprovação de seu Plano de Aplicação feita anualmente, em consonância com o Plano de Ação elaborado anteriormente também pelo referido Conselho, de acordo com o artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005, conforme segue:

Lei nº 8.069/90

Art. 260. [...]

§ 2º Os Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente fixarão critérios de utilização, através de planos de aplicação das doações subsidiadas e demais receitas, aplicando necessariamente percentual para incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente, órfãos ou abandonado, na forma do disposto no **art. 227, § 3º, VI, da Constituição Federal**.

Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005:

Art.1º - Ficam estabelecidos os Parâmetros para a Criação e Funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente em todo o território nacional, nos termos do art.88, inciso II, do Estatuto da Criança e do Adolescente, e artigos. 227, §7º da Constituição Federal, como órgãos deliberativos da política de promoção dos direitos da criança e do adolescente, controladores das ações em todos os níveis no sentido da implementação desta mesma política e responsáveis por fixar critérios de utilização através de planos de aplicação do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, incumbindo-lhes ainda zelar pelo efetivo respeito ao princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, nos moldes do previsto no art.4º, caput e parágrafo único, alíneas “b”, “c” e “d” combinado com os artigos 87, 88 e 259, parágrafo único, todos da Lei nº 8.069/90 e art. 227, caput, da Constituição Federal. (grifo nosso)

No caso do Município de Caxambu do Sul, constatou-se que o mesmo não possui, nem mesmo como uma Unidade Orçamentária dentro de um Órgão, o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, não atendendo o previsto no art. 88, inciso IV, da Lei nº 8.069/90:

Art. 88. São diretrizes da política de atendimento:

IV - manutenção de fundos nacional, estaduais e municipais vinculados aos respectivos conselhos dos direitos da criança e do adolescente; (grifo nosso)

Registra-se que o Município possui um projeto/atividade intitulado Programa Especial de Atendimento à Criança e ao Adolescente, cuja despesa totalizou R\$ 10.617,62.

Além disso, conforme documentação acostada ao processo às fls. 151/189, verifica-se que:

1) A nominata e os atos de posse dos Conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente estão acostados aos autos, às fls. 166/170;

2) Houve a elaboração do Plano de Ação referente ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA, em consonância com o disposto no artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005 (fls. 174/183);

3) Houve a remessa do Plano de Aplicação dos recursos do FIA, em consonância com o disposto no artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005 (fls. 185/189);

4) A remuneração dos Conselheiros Tutelares foi paga com recursos da Prefeitura - Departamento Assistência Social, conforme fl. 171.

6.4. Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)

O Conselho Municipal de Assistência Social está previsto no art. 16, inciso IV da Lei Federal n.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

Citado órgão tem a competência de acompanhar a execução da política de assistência social, e seus membros não são remunerados. No entanto, conforme parágrafo único do art. 16 da Lei n.º 8.742/93 as despesas referentes a passagens e diárias de conselheiros representantes do governo ou da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições devem ser custeadas pelo órgão gestor da Assistência Social.

Conforme consta do processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Caxambu do Sul**, a análise do Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social indica que as contas foram aprovadas (fls. 194/195).

6.5. Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CMAE)

O Conselho Municipal de Alimentação Escolar está previsto no artigo 18 da Lei Federal n.º 11.947, de 16 de junho de 2009:

Art. 18. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de suas respectivas jurisdições administrativas, Conselhos de Alimentação Escolar - CAE, órgãos colegiados de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento, compostos da seguinte forma:

I - 1 (um) representante indicado pelo Poder Executivo do respectivo ente federado;

II - 2 (dois) representantes das entidades de trabalhadores da educação e de discentes, indicados pelo respectivo órgão de representação, a serem escolhidos por meio de assembleia específica;

III - 2 (dois) representantes de pais de alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares, escolhidos por meio de assembleia específica;

IV - 2 (dois) representantes indicados por entidades civis organizadas, escolhidos em assembleia específica.

§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão, a seu critério, ampliar a composição dos membros do CAE, desde que obedecida a proporcionalidade definida nos incisos deste artigo.

§ 2º Cada membro titular do CAE terá 1 (um) suplente do mesmo segmento representado.

§ 3º Os membros terão mandato de 4 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos de acordo com a indicação dos seus respectivos segmentos.

§ 4º A presidência e a vice-presidência do CAE somente poderão ser exercidas pelos representantes indicados nos incisos II, III e IV deste artigo.

§ 5º O exercício do mandato de conselheiros do CAE é considerado serviço público relevante, não remunerado.

§ 6º Caberá aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios informar ao FNDE a composição do seu respectivo CAE, na forma estabelecida pelo Conselho Deliberativo do FNDE.

A sua atuação está prevista no artigo 19 da citada lei:

Art. 19. Compete ao CAE:

I - acompanhar e fiscalizar o cumprimento das diretrizes estabelecidas na forma do art. 2º desta Lei;

II - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar;

III - zelar pela qualidade dos alimentos, em especial quanto às condições higiênicas, bem como a aceitabilidade dos cardápios oferecidos;

IV - receber o relatório anual de gestão do PNAE e emitir parecer conclusivo a respeito, aprovando ou reprovando a execução do Programa.

Parágrafo único. Os CAEs poderão desenvolver suas atribuições em regime de cooperação com os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional estaduais e municipais e demais conselhos afins, e deverão observar as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA.

Conforme consta do processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Caxambu do Sul**, a análise do Parecer do Conselho Municipal de Alimentação Escolar indica que as contas foram aprovadas (fls. 196/197).

6.6. Conselho Municipal do Idoso (ou da Pessoa Idosa ou dos Direitos da Pessoa Idosa)

O Conselho Municipal do Idoso está previsto no artigo 6º da Lei Federal n.º 8.842, de 04 de janeiro de 1994.

Suas competências estão previstas no artigo 7º da mesma lei, na redação dada pela Lei n.º 10.741/2003:

Art. 7º Os Conselhos Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais do Idoso, previstos na [Lei n.º 8.842, de 4 de janeiro de 1994](#), zelarão pelo cumprimento dos direitos do idoso, definidos nesta Lei.

Conforme consta do processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Caxambu do Sul**, a análise do Parecer do Conselho Municipal do Idoso indica que as contas foram aprovadas (fls. 198/202).

7. DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 131/2009 E DO DECRETO FEDERAL Nº 7.185/2010

A transparência da gestão fiscal, entendida como a produção e divulgação sistemática de informações, é um dos pilares em que se assenta a Lei Complementar n.º 101/2000.

Para assegurar essa transparência a Lei Complementar n.º 131/2009 acrescentou dispositivos a referida Lei a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, referentes à receita e à despesa, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como definiu prazos para a implantação.

O artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar n.º 101/2000 alterado pela Lei Complementar n.º 131/2009, assim determina:

Art. 48. [...]

Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante:

I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;

II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público;

III – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A.

Os conteúdos das informações sobre a execução orçamentária e financeira, liberados em meios eletrônicos de acesso público, são definidos no artigo 48-A, I e II, da Lei Complementar nº 101/2000 incluído pela Lei Complementar nº 131/2009, a saber:

Art. 48-A. Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a:

I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado;

II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.

Quanto aos prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos referidos artigos a Lei Complementar nº 131/2009 estabeleceu:

Art. 73-B. Ficam estabelecidos os seguintes prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos incisos II e III do parágrafo único do art. 48 e do art. 48-A:

I – 1 (um) ano para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios com mais de 100.000 (cem mil) habitantes;

II – 2 (dois) anos para os Municípios que tenham entre 50.000 (cinquenta mil) e 100.000 (cem mil) habitantes;

III – 4 (quatro) anos para os Municípios que tenham até 50.000 (cinquenta mil) habitantes.

Parágrafo único. Os prazos estabelecidos neste artigo serão contados a partir da data de publicação da lei complementar que introduziu os dispositivos referidos no caput deste artigo.”

O sistema integrado de administração financeira e controle – SISTEMA mencionado no inciso III do parágrafo único do artigo 48 da Lei Complementar nº 101/2000 alterado pela Lei Complementar nº 131/2009, foi regulamentado por meio do Decreto Federal nº 7.185/2010, que em seu artigo 1º assim determina:

Art. 1º A transparência da gestão fiscal dos entes da Federação referidos no art. 1º, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, será assegurada mediante a observância do disposto no art. 48,

parágrafo único, da referida Lei e das normas estabelecidas neste Decreto.

Dessa forma, o referido Decreto também estabeleceu requisitos com padrão mínimo de qualidade necessário para assegurar a transparência da gestão fiscal, onde se extraiu os seguintes:

Art. 2º O sistema integrado de administração financeira e controle utilizado no âmbito de cada ente da Federação, doravante denominado SISTEMA, deverá permitir a liberação em tempo real das informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira das unidades gestoras, referentes à receita e à despesa, com a abertura mínima estabelecida neste Decreto, bem como o registro contábil tempestivo dos atos e fatos que afetam ou possam afetar o patrimônio da entidade.

§ 1º Integrarão o SISTEMA todas as entidades da administração direta, as autarquias, as fundações, os fundos e as empresas estatais dependentes, sem prejuízo da autonomia do ordenador de despesa para a gestão dos créditos e recursos autorizados na forma da legislação vigente e em conformidade com os limites de empenho e o cronograma de desembolso estabelecido.

§ 2º Para fins deste Decreto, entende-se por:

I – [...]

II - liberação em tempo real: a disponibilização das informações, em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil no respectivo SISTEMA, sem prejuízo do desempenho e da preservação das rotinas de segurança operacional necessários ao seu pleno funcionamento;

III - meio eletrônico que possibilite amplo acesso público: a Internet, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso; e

IV - [...]

Art. 4º Sem prejuízo da exigência de características adicionais no âmbito de cada ente da Federação, consistem requisitos tecnológicos do padrão mínimo de qualidade do SISTEMA:

I - [...]

II - permitir o armazenamento, a importação e a exportação de dados; e

III - [...]

Art. 7º Sem prejuízo dos direitos e garantias individuais constitucionalmente estabelecidos, o SISTEMA deverá gerar, para disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, pelo menos, as seguintes informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução orçamentária e financeira:

I - quanto à despesa:

a) o valor do empenho, liquidação e pagamento;

b) o número do correspondente processo da execução, quando for o caso;

c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto;

d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários;

e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo; e

f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso;

II - quanto à receita, os valores de todas as receitas da unidade gestora, compreendendo no mínimo sua natureza, relativas a:

a) previsão;

b) lançamento, quando for o caso; e

c) arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários.

A análise, por amostragem, do cumprimento das normas estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar nº 131/2009, em conjunto com o Decreto Federal nº 7.185/2010, pelo Município de **Caxambu do Sul**, no tocante aos dados relativos do exercício em exame é demonstrada no Quadro a seguir:

Quadro 20 – Cumprimento da Lei Complementar nº 131/2009 e do Decreto Federal nº 7.185/2010

I – QUANTO À FORMA	
Disponibilização de informações de todas as unidades municipais (art. 2º, § 1º, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	CUMPRIU
Disponibilização até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil municipal (art. 2º, § 2º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	CUMPRIU
Disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público na Internet, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso (art. 2º, § 2º, III, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	CUMPRIU
Permitir o armazenamento, a importação e a exportação de dados (art. 4º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	CUMPRIU

I – QUANTO AO CONTEÚDO	
DESPESA	
(art. 48-A, I, da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 7º, I, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	
a) o valor do empenho, liquidação e pagamento	CUMPRIU
b) o número do empenho	CUMPRIU
c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto	CUMPRIU
d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários	CUMPRIU
e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo	CUMPRIU
f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso	CUMPRIU

RECEITA	
(art. 48-A, II, da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 7º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	
a) previsão	CUMPRIU
b) lançamento	DESCUMPRIU
c) arrecadação	CUMPRIU

Fonte: Site da Prefeitura Municipal – Portal da Transparência – Data de acesso: 19/02/2015 (fl. 225).

Obs. Vide restrição anotada no item 8.1.5 - Restrições de Ordem Legal deste Relatório.

8. RESTRIÇÕES APURADAS

8.1 RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL

- 8.1.1 Registro indevido no Grupo Restos a Pagar do Passivo Financeiro nas Fontes de Recursos 22 - Transferências de Convênios - Educação e 52 - Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência Social, com saldo devedor de **R\$ 13.327,53** e **R\$ 725,01**, respectivamente, em afronta ao previsto no artigo 85 c/c 105 da Lei nº 4.320/64 (Apêndice - Cálculo detalhado do Resultado Financeiro por Especificações de Fonte de Recursos).
- 8.1.2 Déficit financeiro do Município (Consolidado) da ordem de **R\$ 19.051,88**, resultante do déficit financeiro remanescente do exercício anterior, correspondendo a **0,11%** da Receita Arrecadada do Município no exercício em exame (**R\$ 17.186.701,96**), em desacordo ao artigo 48, “b” da Lei nº 4.320/64 e artigo 1º da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF (item 4.2).
- 8.1.3 Realização de despesas, após o primeiro trimestre de 2014, com os recursos do FUNDEB remanescentes do exercício anterior no valor de **R\$ 9.165,81**, mediante a abertura de crédito adicional, em descumprimento ao estabelecido no § 2º do artigo 21 da Lei nº 11.494/2007 (item 5.2.2, limite 3).
- 8.1.4 Divergência, no valor de **R\$ 334.183,32**, entre o saldo apresentado na Demonstração da Dívida Flutuante – Anexo 17 (R\$ 947.866,81) e o saldo do Passivo Financeiro constante do Balanço Patrimonial – Anexo 14 da Lei nº 4.320/64 (R\$ 1.282.050,13), caracterizando afronta aos artigos 85 e 105 da referida Lei. Registra-se que a diferença se refere ao saldo inicial do Anexo 17 (Quadro 10 e fl. 109).
- 8.1.5 Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, de modo a garantir a transparência da gestão fiscal com os

requisitos mínimos necessários, em descumprimento ao estabelecido no artigo 48-A, II, da Lei Complementar nº 101/2000 alterada pela Lei Complementar nº 131/2009 c/c o artigo 7º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010 (Capítulo 7 e fl. 225).

- 8.1.6 Contabilização indevida de Receitas de Capital como Receitas Correntes, no valor de **R\$ 294.176,50**, resultando num aumento aparente da Receita Corrente Líquida e consequentemente redução no percentual dos gastos de pessoal do período, evidenciando inconsistência dos registros contábeis e ausência de transparência na gestão pública, em desacordo aos artigos 1º, § 1º e 2º, IV da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF e artigos 11 e 85 da Lei Federal nº 4.320/64 (fls. 210/223 dos autos).

9. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2014

Quadro 21 – Síntese

1) Balanço Anual Consolidado	Embora, as demonstrações apresentem inconsistências de natureza contábil, essas não afetam de forma significativa a posição financeira, orçamentária e patrimonial do exercício em análise.	
2) Resultado Orçamentário	Superávit	R\$ 221.688,46
3) Resultado Financeiro	Déficit	R\$ 19.051,88
4) LIMITES	PARÂMETRO MÍNIMO	REALIZADO
4.1) Saúde	15,00%	18,85%
4.2) Ensino	25,00%	36,89%
4.3) FUNDEB	60,00%	62,11%
	95,00%	99,88%
4.4) Despesas com pessoal	PARÂMETRO MÁXIMO	REALIZADO
a) Município	60,00%	51,33%
b) Poder Executivo	54,00%	48,83%
c) Poder Legislativo	6,00%	2,49%
4.5) L.C. Nº 131/2009 E DEC. Nº 7.185/2010	DESCUMPRIU	

CONCLUSÃO

Considerando que a apreciação das contas tomou por base os dados e informações exigidos pela legislação aplicável, de veracidade ideológica apenas presumida, podendo o Tribunal de Contas - a qualquer época e desde que venha a ter ciência de ato ou fato que a desabone - reapreciar, reformular seu entendimento e emitir novo pronunciamento a respeito;

Considerando que a análise foi efetuada conforme técnicas apropriadas de auditoria, que preveem inclusive a realização de inspeção *in loco* e a utilização de amostragem, conforme o caso;

Considerando que o julgamento das contas de governo do Prefeito Municipal, pela Colenda Câmara de Vereadores, não envolve exame da responsabilidade de administradores municipais, inclusive do Prefeito, quanto a atos de competência do exercício em causa, que devem ser objeto de exame em processos específicos;

Considerando o exposto e mais o que dos autos consta, para efeito de emissão de PARECER PRÉVIO a que se refere o art. 50 da Lei Complementar nº 202/2000, referente às contas do **exercício de 2014 do Município de Caxambu do Sul**.

Diante das **Restrições de Ordem Legal** apuradas no item **8.1**, deste Relatório, entende esta Diretoria que possa o Tribunal de Contas, além da emissão do parecer prévio, decidir por:

I - **RECOMENDAR** à Câmara de Vereadores anotação e verificação de acatamento, pelo Poder Executivo, das observações constantes do presente Relatório;

II - **RECOMENDAR** ao Responsável pelo Poder Executivo a adoção de providências imediatas quanto à irregularidade mencionada no Capítulo 6 – Do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III - **DETERMINAR** ao Responsável pelo Poder Executivo a adoção de providências imediatas quanto à irregularidade apontada no Capítulo 7 - Do Cumprimento da Lei Complementar nº 131/2009 e do Decreto Federal nº 7.185/2010;

IV - **SOLICITAR** à Câmara de Vereadores seja o Tribunal de Contas comunicado do resultado do julgamento das Contas Anuais em questão, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar nº 202/2000, inclusive com a remessa do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.

É o Relatório,

DMU/Divisão 9, em 24/07/2015.

MAGALY SILVEIRA DOS SANTOS
SCHRAMM
Auditor Fiscal de Controle Externo

LUCIA HELENA GARCIA
Auditor Fiscal de Controle Externo
Chefe da Divisão 9

De Acordo

Em 24/07/2015.

SALETE OLIVEIRA
Coordenadora de Controle
Coordenadoria de Controle de
Contas de Prefeito

Encaminhem-se os autos ao MPjTC para a necessária manifestação.

Luiz Claudio Viana
Diretor em exercício
Diretoria de Controle dos Municípios

ANEXO

Deduções das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde

Descrição	R\$
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas às Ações e Serviços Públicos de Saúde	933.238,09
Despesas excluídas por não serem consideradas como de Ações e Serviços Públicos de Saúde	42.990,00
Outras Despesas Dedutíveis com Saúde (Consórcio Saúde – fl. 250)	264.000,00
Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde do Município	1.240.228,09

Deduções das Despesas com Educação Básica

Descrição	R\$
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil	52.475,00
Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil	3.610,00
Despesas com Educação Infantil não liquidadas e sem cobertura financeira (fl. 227)	521,00
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinados ao Ensino Fundamental	487.095,36
Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental	236.285,52
Outras despesas dedutíveis com Ensino Fundamental (Merenda Escolar – fl. 37)	76.244,54
Despesas com Ensino Fundamental não liquidadas e sem cobertura financeira (fls. 229/230)	30.629,40
Despesas com Inativos do Ensino Fundamental (fl. 232)	25.522,56
Outras despesas dedutíveis com Ensino Fundamental (fls.246/248)	60.252,82
Total das deduções das despesas com Educação Básica	972.636,20

Deduções da Despesa com Pessoal

Descrição	R\$
Executivo: Indenizações Restituições Trabalhistas (3.1.90.94 e 3.1.91.94)	85.654,20
Total das deduções das despesas com pessoal do Poder Executivo	85.654,20
Total das deduções das despesas com pessoal	85.654,20

APÊNDICE

Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Saúde:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
23 - Transferências de Convênios: Saúde	2014	301	84.000,00	84.000,00	84.000,00
64 - Atenção Básica	2014	301	756.715,19	756.715,19	756.715,19
65 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	2014	301	42.097,49	42.097,49	40.927,49
66 - Vigilância em Saúde	2014	304	27.356,88	27.356,88	26.746,88
67 - Assistência Farmacêutica Básica	2014	301	23.068,53	23.068,53	23.068,53
TOTAL			933.238,09	933.238,09	931.458,09

Despesas excluídas por não serem consideradas como de Ações e Serviços Públicos de Saúde:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Fundo Municipal de Saúde de Caxambu do Sul	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	14	02/01/2014	DENILSO ANTONIO BARTOLOMEY	16.230,00	16.230,00	16.230,00	PELA DESPESA EMPENHADA referente contratação de serviço de assessoria contábil para o ano de 2014, de acordo com Processo Licitatório 53/2012, Aditivo Contratual 01 ao Contrato 04/2013.
Fundo Municipal de Saúde de Caxambu do Sul	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	15	02/01/2014	LISTONI & BIAZUS ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C	16.800,00	16.800,00	16.800,00	PELA DESPESA EMPENHADA referente contratação de serviço de assessoria jurídica para o ano de 2014, de acordo com Processo Licitatório 53/2012, Aditivo Contratual 01 ao Contrato 03/2013.
Fundo Municipal de Saúde de Caxambu do Sul	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	26	06/01/2014	FABRICIO LUCAS ZAMADEI	9.960,00	9.960,00	9.960,00	PELA DESPESA EMPENHADA referente contratação de profissional para atuar como engenheiro civil na prestação de serviços de engenharia, elaboração de projetos técnicos, emissão de relatórios e pareceres, termos de recebimento de obras, acompanhamento, fiscalização e avaliação de obras de engenharia contratadas pelo município, com carga horária de 30 horas semanais para os meses de novembro e dezembro de 2014, de acordo com Aditivo Contratual 02 ao Contrato 18/2012 e Aditivo Contratual 03 ao Contrato 36/2011.
TOTAL						42.990,00	42.990,00	42.990,00	

Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
22 - Transferências de Convênios: Educação	2014	365	51.755,00	51.755,00	51.755,00
59 - Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	2014	365	720,00	720,00	720,00
TOTAIS			52.475,00	52.475,00	52.475,00

Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Infantil:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico (R\$)
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	17	02/01/2014	MEDTAB SEGURANÇA NO TRABALHO LTDA	3.010,00	3.010,00	3.010,00	PELA DESPESA EMPENHADA referente contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assessoramento, controle e monitoramento do programa médico de saúde ocupacional, de acordo com Processo Licitatório 05/2013, Aditivo Contratual 01 ao Contrato 09/2013.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	1107	04/04/2014	W.A. BAZAR LTDA ME	600,00	600,00	600,00	PELA DESPESA EMPENHADA referente aquisição de 120 cx de bombons arcos 200gr para distribuição as crianças da rede municipal de ensino de Educação Infantil em comemoração da Páscoa, de acordo com A.C. 0153/2014.
TOTAL						3.610,00	3.610,00	3.610,00	

Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas ao Ensino Fundamental:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
22 - Transferências de Convênios: Educação	2014	361	312.826,45	232.349,16	232.349,16
58 - Salário Educação	2014	361	135.931,29	132.737,29	132.737,29
61 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	2014	361	38.337,62	38.337,62	38.337,62
TOTAL			487.095,36	403.424,07	403.424,07

Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	13	02/01/2014	MEDTAB SEGURANÇA NO TRABALHO LTDA	3.010,00	3.010,00	3.010,00	PELA DESPESA EMPENHADA referente contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assessoramento, controle e monitoramento do programa médico de saúde ocupacional, de acordo com Processo Licitatório 05/2013, Aditivo Contratual 01 ao Contrato 09/2013.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	16	02/01/2014	MEDTAB SEGURANÇA NO TRABALHO LTDA	3.010,00	3.010,00	3.010,00	PELA DESPESA EMPENHADA referente contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assessoramento, controle e monitoramento do programa médico de saúde ocupacional, de acordo com Processo Licitatório 05/2013, Aditivo Contratual 01 ao Contrato 09/2013.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	38	02/01/2014	MARINA PIZZI	19.745,00	19.745,00	19.745,00	PELA DESPESA EMPENHADA referente contratação de profissional habilitado e inscrito no Conselho Regional de Nutricionistas para prestação de serviços no atendimento do Programa Saúde na Escola - PSE, elaboração de cardápios para os alunos da rede municipal de educação com carga horária de 30 horas semanais para o ano letivo de 2014, de acordo com Aditivo Contratual 02 ao Contrato 15/2012.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	517	21/02/2014	REUNIDAS S A TRANSPORTES COLETIVOS	2.169,95	2.169,95	2.169,95	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudantes universitários e de cursos profissionalizantes de Caxambu do Sul/SC a Chapecó/SC (ida e volta) no período matutino e vespertino, conforme preconiza a Lei Municipal n. 1.303 de 26/12/2013 relativo ao mês de fevereiro de 2014, de acordo com A.C. 064/2014.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	635	27/02/2014	JOSÉ GHELLER ME	6.281,50	6.281,50	6.281,50	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudantes universitários e de cursos técnicos profissionalizantes de Caxambu do Sul/SC a Chapecó/SC (ida e volta) no período noturno, conforme preconiza a Lei Municipal n. 1.303 de 26/12/2013 relativo ao mês de fevereiro de 2014, de acordo com A.C. 088/2014.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	677	28/02/2014	SIMONE PELISSER ME	3.635,40	3.635,40	3.635,40	PELA DESPESA EMPENHADA referente contratação de empresa para prestação de serviço de transporte escolar para alunos da APAE para o mês de fevereiro de 2014, de acordo com Aditivo Contratual 06 ao Contrato 29/2011.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	802	18/03/2014	REUNIDAS S A TRANSPORTES COLETIVOS	3.622,55	3.622,55	3.622,55	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudantes universitários e de cursos profissionalizantes de Caxambu do Sul/SC a Chapecó/SC (ida e volta) no período matutino e vespertino, conforme preconiza a Lei Municipal n. 1.303 de 26/12/2013 relativo ao mês de março de 2014, de acordo com A.C. 131/2014.
Prefeitura Municipal de	01 - Receitas de Impostos e	361	911	26/03/2014	JOSÉ GHELLER ME	9.110,40	9.110,40	9.110,40	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudantes universitários e de cursos técnicos profissionalizantes de Caxambu do Sul/SC a

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Caxambu do Sul	Transf de Impostos: Educação								Chapecó/SC (ida e volta) no período noturno, conforme preconiza a Lei Municipal n. 1.303 de 26/12/2013 relativo ao mês de março de 2014, de acordo com A.C. 145/2014.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	965	31/03/2014	SIMONE PELISSER ME	2.665,96	2.665,96	2.665,96	PELA DESPESA EMPENHADA referente contratação de empresa para prestação de serviço de transporte escolar para alunos da APAE para o mês de março de 2014, de acordo com Pregão Presencial 10/2011 e Aditivo Contratual 06 ao Contrato 29/2011.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1135	09/04/2014	EDIVALDO LUIZ MOREIRA	505,76	505,76	505,76	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário e de curso profissionalizante de Caxambu do Sul/SC a Chapecó/SC (ida e volta), de acordo com § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal nº 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal nº 1.303/2013, relativo ao meses de março a junho/2014, de acordo com encaminhamento por OF. n. 049/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1136	09/04/2014	LUAN LUIZ FILIPPIN	505,76	505,76	505,76	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário e de curso profissionalizante de Caxambu do Sul/SC a Chapecó/SC (ida e volta), de acordo com § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal nº 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal nº 1.303/2013, relativo ao meses de março a junho/2014, de acordo com encaminhamento por OF. n. 049/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1137	09/04/2014	LUAN JUNIOR REICHERT	505,76	505,76	505,76	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário e de curso profissionalizante de Caxambu do Sul/SC a Chapecó/SC (ida e volta), de acordo com § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal nº 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal nº 1.303/2013, relativo ao meses de março a junho/2014, de acordo com encaminhamento por OF. n. 049/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1138	09/04/2014	ROBERTO DE LIMA	505,76	505,76	505,76	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário e de curso profissionalizante de Caxambu do Sul/SC a Chapecó/SC (ida e volta), de acordo com § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal nº 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal nº 1.303/2013, relativo ao meses de março a junho/2014, de acordo com encaminhamento por OF. n. 049/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1139	09/04/2014	PATRICIA PIZZI	505,76	505,76	505,76	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário e de curso profissionalizante de Caxambu do Sul/SC a Chapecó/SC (ida e volta), de acordo com § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal nº 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal nº 1.303/2013, relativo ao meses de março a junho/2014, de acordo com encaminhamento por OF. n. 049/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1140	09/04/2014	MIRIÁ ROSINA MILLER	505,76	505,76	505,76	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário e de curso profissionalizante de Caxambu do Sul/SC a Chapecó/SC (ida e volta), de acordo com § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal nº 1.308/2014 que

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Sul	Impostos: Educação								introduziu alterações na Lei Municipal nº 1.303/2013, relativo ao meses de março a junho/2014, de acordo com encaminhamento por OF. n. 049/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1141	09/04/2014	TAIS CRISTINA VIVIAN	505,76	505,76	505,76	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário e de curso profissionalizante de Caxambu do Sul/SC a Chapecó/SC (ida e volta), de acordo com § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal nº 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal nº 1.303/2013, relativo ao meses de março a junho/2014, de acordo com encaminhamento por OF. n. 049/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1142	09/04/2014	VIVIANE VIVIAN	505,76	505,76	505,76	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário e de curso profissionalizante de Caxambu do Sul/SC a Chapecó/SC (ida e volta), de acordo com § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal nº 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal nº 1.303/2013, relativo ao meses de março a junho/2014, de acordo com encaminhamento por OF. n. 049/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1143	09/04/2014	LUCAS JEAN REICHERT	505,76	505,76	505,76	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário e de curso profissionalizante de Caxambu do Sul/SC a Chapecó/SC (ida e volta), de acordo com § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal nº 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal nº 1.303/2013, relativo ao meses de março a junho/2014, de acordo com encaminhamento por OF. n. 049/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1144	09/04/2014	DIANDRA FARENSENA	505,76	505,76	505,76	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário e de curso profissionalizante de Caxambu do Sul/SC a Chapecó/SC (ida e volta), de acordo com § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal nº 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal nº 1.303/2013, relativo ao meses de março a junho/2014, de acordo com encaminhamento por OF. n. 049/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1145	09/04/2014	MARINA GOTTARDI	490,32	490,32	490,32	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário e de curso profissionalizante de Caxambu do Sul/SC a Chapecó/SC (ida e volta), de acordo com § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal nº 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal nº 1.303/2013, relativo ao meses de março a junho/2014, de acordo com encaminhamento por OF. n. 049/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1149	11/04/2014	REUNIDAS S A TRANSPORTES COLETIVOS	5.185,40	5.185,40	5.185,40	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudantes universitários e de cursos profissionalizantes de Caxambu do Sul/SC a Chapecó/SC (ida e volta) no período matutino e vespertino, conforme preconiza a Lei Municipal n. 1.303 de 26/12/2013 relativo ao mês de abril de 2014, de acordo com A.C. 179/2014.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1153	11/04/2014	EUNICE LESSA CHIARELLO ME	285,89	285,89	285,89	PELA DESPESA EMPENHADA referente aquisição de 06 pct bombomn ouro branco 1kg e 05 pct bombom sonho de valsa 1kg para manutenção das atividades da EMBA, em comemoração ao dia da Páscoa, de acordo com A.C. 0164/2014.

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Sul	Impostos: Educação								
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1376	30/04/2014	JOSÉ GHELLER ME	9.209,50	9.209,50	9.209,50	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudantes universitários e de cursos técnicos profissionalizantes de Caxambu do Sul/SC a Chapecó/SC (ida e volta) no período noturno, conforme preconiza a Lei Municipal n. 1.303 de 26/12/2013 relativo ao mês de abril de 2014, de acordo com A.C. 201/2014.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1450	05/05/2014	MARIA JACINTA ROHR ME	288,00	288,00	288,00	PELA DESPESA EMPENHADA referente aquisição de 08 kg pastelzinho carne gado e frango e 08 kg enroladinhos presunto e queijo para lanche em homenagem ao dia das mães na Escola Bairro Antena, de acordo com A.C. 203/2014.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1521	13/05/2014	ANDREI JUNIOR ZAMONER	296,00	296,00	296,00	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário de Caxambu do Sul/SC à Chapecó/SC, de acordo com § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal n. 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal n. 1.303/2013, relativo ao meses de maio e junho de 2014, de acordo com o encaminhamento por OF. n. 066/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1522	13/05/2014	CRISTIAN WILLIAN MARCON GIACOMELLI	296,00	296,00	296,00	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário de Caxambu do Sul/SC à Chapecó/SC, de acordo com § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal n. 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal n. 1.303/2013, relativo ao meses de maio e junho de 2014, de acordo com o encaminhamento por OF. n. 066/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1541	14/05/2014	REUNIDAS S A TRANSPORTES COLETIVOS	4.106,07	4.106,07	4.106,07	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudantes universitários e de cursos profissionalizantes de Caxambu do Sul/SC a Chapecó/SC (ida e volta) no período matutino e vespertino, conforme preconiza a Lei Municipal n. 1.303 de 26/12/2013 relativo ao mês de maio de 2014, de acordo com A.C. 224/2014.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1618	23/05/2014	JOSÉ GHELLER ME	8.620,85	8.620,85	8.620,85	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudantes universitários e de cursos técnicos profissionalizantes de Caxambu do Sul/SC à Chapecó/SC (ida e volta) no período noturno, conforme preconiza a Lei Municipal n. 1.303 de 26/12/2013 relativo ao mês de maio de 2014, de acordo com A.C. 235/2014.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1758	30/05/2014	SIMONE PELISSER ME	3.150,68	3.150,68	3.150,68	PELA DESPESA EMPENHADA referente contratação de empresa para prestação de serviço de transporte escolar para alunos da APAE para o mês de maio de 2014, de acordo com Pregão Presencial 10/2011 e Aditivo Contratual 06 ao Contrato 29/2011.
Prefeitura Municipal de	01 - Receitas de Impostos e	361	1890	13/06/2014	ANDREI SGNAULIN THIEL	148,00	148,00	148,00	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário de Caxambu do Sul/SC à Chapecó/SC, de acordo com § 2º, do artigo



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTROLE DOS MUNICÍPIOS – DMU

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Caxambu do Sul	Transf de Impostos: Educação								1º da Lei Municipal n. 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal n. 1.303/2013, relativo ao meses junho de 2014, de acordo com o encaminhamento por ofício n. 081/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1991	24/06/2014	REUNIDAS S A TRANSPORTES COLETIVOS	3.984,55	3.984,55	3.984,55	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudantes universitários e de cursos profissionalizantes de Caxambu do Sul/SC a Chapecó/SC (ida e volta) no período matutino e vespertino, conforme preconiza a Lei Municipal n. 1.303 de 26/12/2013 relativo ao mês de junho de 2014, de acordo com A.C. 265/2014.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1992	24/06/2014	MERCADO E AÇOUGUE BOTTIN LTDA ME	314,76	314,76	314,76	PELA DESPESA EMPENHADA referente aquisição de 03 pct açúcar alto alegre 5kg, 10 pct amendoim 500gr, 01 fermento royal grande, 04 dz ovos, 04 kg carne moída, 01 pct farinha trigo jubá 5kg, 03 kg salsicha, 01 pct cravo apti, 03 pct coco ralado unicoco, 03 pct coco flocos menina, 02 pct caldo carne knorr, 02 kg cebola, 01 pct canela pó, 04 abacaxis, 02 kg maçã, 06 pct guardanapos, 01 pct papel toalha e 10 kg pinhão para realização de festa junina na Creche Municipal Criança Feliz, de acordo com A.C. 266/2014.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2103	30/06/2014	SIMONE PELISSER ME	2.569,60	2.569,60	2.569,60	PELA DESPESA EMPENHADA referente prestação de serviço de transporte escolar para alunos da APAE para o mês de junho de 2014, de acordo com Pregão Presencial 10/2011 e Aditivo Contratual 06 ao Contrato 29/2011.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2110	30/06/2014	JOSÉ GHELLER ME	8.455,15	8.455,15	8.455,15	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudantes universitários e de cursos técnicos profissionalizantes de Caxambu do Sul/SC à Chapecó/SC (ida e volta) no período noturno, conforme preconiza a Lei Municipal n. 1.303 de 26/12/2013 relativo ao mês de junho de 2014, de acordo com A.C. 278/2014.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2186	10/07/2014	REUNIDAS S A TRANSPORTES COLETIVOS	2.919,03	2.919,03	2.919,03	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudantes universitários e de cursos profissionalizantes de Caxambu do Sul/SC a Chapecó/SC (ida e volta) no período matutino e vespertino, conforme preconiza a Lei Municipal n. 1.303 de 26 de dezembro de 2013 relativo ao mês de julho de 2014, de acordo com A.C. 293/2014.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2218	11/07/2014	ANDREI SGNAULIN THIEL	100,36	100,36	100,36	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário de Caxambu do Sul/SC à Chapecó/SC, de acordo com § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal n. 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal n. 1.303/2013, relativo ao mês de julho de 2014, de acordo com o encaminhamento por ofício n. 094/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos:	361	2219	11/07/2014	CRISTIAN WILLIAN MARCON GIACOMELLI	148,00	148,00	148,00	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário de Caxambu do Sul/SC à Chapecó/SC, de acordo com § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal n. 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal n. 1.303/2013, relativo ao mês de julho de 2014, de acordo com o encaminhamento

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
	Educação								por ofício n. 094/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2220	11/07/2014	ANDREI JUNIOR ZAMONER	148,00	148,00	148,00	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário de Caxambu do Sul/SC à Chapecó/SC, de acordo com § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal n. 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal n. 1.303/2013, relativo ao mês de julho de 2014, de acordo com o encaminhamento por ofício n. 094/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2223	11/07/2014	LUCAS JEAN REICHERT	61,76	61,76	61,76	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário de Caxambu do Sul/SC à Chapecó/SC, de acordo com § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal n. 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal n. 1.303/2013, relativo ao mês de julho de 2014, de acordo com o encaminhamento por ofício n. 094/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2224	11/07/2014	LUAN JUNIOR REICHERT	69,48	69,48	69,48	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário de Caxambu do Sul/SC à Chapecó/SC, de acordo com § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal n. 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal n. 1.303/2013, relativo ao mês de julho de 2014, de acordo com o encaminhamento por ofício n. 094/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2225	11/07/2014	ROBERTO DE LIMA	72,20	72,20	72,20	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário de Caxambu do Sul/SC à Chapecó/SC, de acordo com § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal n. 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal n. 1.303/2013, relativo ao mês de julho de 2014, de acordo com o encaminhamento por ofício n. 094/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2226	11/07/2014	DIANDRA FARENSENA	61,76	61,76	61,76	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário de Caxambu do Sul/SC à Chapecó/SC, de acordo com § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal n. 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal n. 1.303/2013, relativo ao mês de julho de 2014, de acordo com o encaminhamento por ofício n. 094/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2251	16/07/2014	LUAN LUIZ FILIPPIN	61,76	61,76	61,76	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário de Caxambu do Sul/SC à Chapecó/SC, de acordo com § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal n. 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal n. 1.303/2013, relativo ao mês de julho de 2014, de acordo com o encaminhamento por ofício n. 097/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2252	16/07/2014	EDIVALDO LUIZ MOREIRA	115,80	115,80	115,80	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário de Caxambu do Sul/SC à Chapecó/SC, de acordo com § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal n. 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal n.

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Sul	Impostos: Educação								1.303/2013, relativo ao mês de julho de 2014, de acordo com o encaminhamento por ofício n. 097/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2306	24/07/2014	SIMONE PELISSER ME	2.330,24	2.330,24	2.330,24	PELA DESPESA EMPENHADA referente prestação de serviço de transporte escolar para alunos da APAE para o mês de julho de 2014, de acordo com Pregão Presencial 10/2011 e Aditivo Contratual 06 ao Contrato 29/2011.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2368	28/07/2014	MARIA JACINTA ROHR ME	360,00	360,00	360,00	PELA DESPESA EMPENHADA referente aquisição de 10 kg pastelzinho e 10 kg enroladinho para lanche em homenagem ao dia dos pais na Escola Bairro Antena que ocorrerá no dia 08/08/2014, de acordo com A.C. 318/2014.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2475	05/08/2014	DENESI DOS SANTOS	700,00	700,00	700,00	PELA DESPESA EMPENHADA referente mão-de-obra construção de sapatas que receberão os aparelhos da academia ao ar livre na Praça Antonio Antunes de Mello, de acordo com A.C. 325/2014.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2476	05/08/2014	JOSÉ GHELLER ME	5.114,65	5.114,65	5.114,65	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudantes universitários e de cursos técnicos profissionalizantes de Caxambu do Sul/SC à Chapecó/SC (ida e volta) no período noturno, conforme preconiza a Lei Municipal n. 1.303 de 26/12/2013 relativo ao mês de julho de 2014, de acordo com A.C. 324/2014.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2481	06/08/2014	RENE LOPES DE OLIVEIRA	1.200,00	1.200,00	1.200,00	PELA DESPESA EMPENHADA referente contratação de Instrutor da Banda Marcial na realização de ensaios e apresentações, com carga horária de 10 horas semanais, nos dias e horários propostos pela Secretaria de Educação, tendo o prazo de vigência de 06/08/2014 à 07/09/2014, de acordo com o Contrato n. 40/2014.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2503	11/08/2014	ANDREI JUNIOR ZAMONER	77,20	77,20	77,20	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário de Caxambu do Sul/SC à Chapecó/SC, de acordo com § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal n. 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal n. 1.303/2013, relativo ao mês de agosto de 2014, de acordo com o encaminhamento por ofício n. 106/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2504	11/08/2014	KELI BELLEI TAFFAREL	148,00	148,00	148,00	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário de Caxambu do Sul/SC à Chapecó/SC, de acordo com § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal n. 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal n. 1.303/2013, relativo ao mês de agosto de 2014, de acordo com o encaminhamento por ofício n. 106/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura	01 - Receitas	361	2505	11/08/2014	EDIVALDO LUIZ	148,00	148,00	148,00	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Municipal de Caxambu do Sul	de Impostos e Transf de Impostos: Educação				MOREIRA				universitário de Caxambu do Sul/SC à Chapecó/SC, de acordo com § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal n. 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal n. 1.303/2013, relativo ao mês de agosto de 2014, de acordo com o encaminhamento por ofício n. 106/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2506	11/08/2014	LUAN LUIZ FILIPPIN	148,00	148,00	148,00	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário de Caxambu do Sul/SC à Chapecó/SC, de acordo com § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal n. 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal n. 1.303/2013, relativo ao mês de agosto de 2014, de acordo com o encaminhamento por ofício n. 106/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2507	11/08/2014	PATRICIA PIZZI	178,88	178,88	178,88	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário de Caxambu do Sul/SC à Chapecó/SC, de acordo com § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal n. 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal n. 1.303/2013, relativo ao mês de agosto de 2014, de acordo com o encaminhamento por ofício n. 106/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2508	11/08/2014	MIRIÃ ROSINA MILLER	178,88	178,88	178,88	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário de Caxambu do Sul/SC à Chapecó/SC, de acordo com § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal n. 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal n. 1.303/2013, relativo ao mês de agosto de 2014, de acordo com o encaminhamento por ofício n. 106/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2509	11/08/2014	TAIS CRISTINA VIVIAN	178,88	178,88	178,88	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário de Caxambu do Sul/SC à Chapecó/SC, de acordo com § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal n. 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal n. 1.303/2013, relativo ao mês de agosto de 2014, de acordo com o encaminhamento por ofício n. 106/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2510	11/08/2014	VIVIANE VIVIAN	178,88	178,88	178,88	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário de Caxambu do Sul/SC à Chapecó/SC, de acordo com § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal n. 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal n. 1.303/2013, relativo ao mês de agosto de 2014, de acordo com o encaminhamento por ofício n. 106/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2511	11/08/2014	MARINA GOTTARDI	178,88	178,88	178,88	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário de Caxambu do Sul/SC à Chapecó/SC, de acordo com § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal n. 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal n. 1.303/2013, relativo ao mês de agosto de 2014, de acordo com o encaminhamento por ofício n. 106/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTROLE DOS MUNICÍPIOS – DMU

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2512	11/08/2014	LUCAS JEAN REICHERT	178,88	178,88	178,88	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário de Caxambu do Sul/SC à Chapecó/SC, de acordo com § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal n. 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal n. 1.303/2013, relativo ao mês de agosto de 2014, de acordo com o encaminhamento por ofício n. 106/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2513	11/08/2014	LUAN JUNIOR REICHERT	178,88	178,88	178,88	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário de Caxambu do Sul/SC à Chapecó/SC, de acordo com § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal n. 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal n. 1.303/2013, relativo ao mês de agosto de 2014, de acordo com o encaminhamento por ofício n. 106/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2514	11/08/2014	DIANDRA FARENSENA	178,88	178,88	178,88	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário de Caxambu do Sul/SC à Chapecó/SC, de acordo com § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal n. 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal n. 1.303/2013, relativo ao mês de agosto de 2014, de acordo com o encaminhamento por ofício n. 106/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2515	11/08/2014	ANDREI SGNAULIN THIEL	148,00	148,00	148,00	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário de Caxambu do Sul/SC à Chapecó/SC, de acordo com § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal n. 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal n. 1.303/2013, relativo ao mês de agosto de 2014, de acordo com o encaminhamento por ofício n. 106/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2516	11/08/2014	MARIA JACINTA ROHR ME	325,30	325,30	325,30	PELA DESPESA EMPENHADA referente aquisição de 5,04 kg presunto fatiado, 4,015 kg queijo fatiado, 9,085 kg pão fatiado, 02 kg pastelzinho e 02 bolos para lanche em homenagem ao dia dos pais na Creche Municipal Criança Feliz, de acordo com A.C. 327/2014.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2560	14/08/2014	REUNIDAS S A TRANSPORTES COLETIVOS	4.256,11	4.256,11	4.256,11	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudantes universitários e de cursos profissionalizantes de Caxambu do Sul/SC a Chapecó/SC (ida e volta) no período matutino e vespertino, conforme preconiza a Lei Municipal n. 1.303 de 26 de dezembro de 2013 relativo ao mês de agosto de 2014, de acordo com A.C. 331/2014.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2611	21/08/2014	LEONIR DALMAGRO	7.800,00	7.800,00	7.800,00	PELA DESPESA EMPENHADA referente contratação de serviços para atividades de Maestro do Coral Italiano, ministrar aulas de canto, realização de ensaios duas vezes por semana e apresentações no município e municípios vizinhos, animação dos encontros dos idosos no interior do município, de acordo com o Contrato n. 44/2014.
Prefeitura Municipal de	01 - Receitas de Impostos e	361	2770	29/08/2014	JOSÉ GHELLER ME	11.030,45	11.030,45	11.030,45	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudantes universitários e de cursos técnicos profissionalizantes de Caxambu do Sul/SC à

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Caxambu do Sul	Transf de Impostos: Educação								Chapecó/SC (ida e volta) no período noturno, conforme preconiza a Lei Municipal n. 1.303 de 26/12/2013 relativo ao mês de agosto de 2014, de acordo com A.C. 356/2014.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2787	01/09/2014	SIMONE PELISSER ME	3.358,08	3.358,08	3.358,08	PELA DESPESA EMPENHADA referente prestação de serviço de transporte escolar para alunos da APAE para o mês de agosto de 2014 em um total de 954 km rodados, de acordo com Pregão Presencial 10/2011 e Aditivo Contratual 06 ao Contrato 29/2011.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2849	08/09/2014	KELI BELLEI TAFFAREL	148,00	148,00	148,00	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário de Caxambu do Sul/SC à Chapecó/SC, de acordo com § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal n. 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal n. 1.303/2013, relativo ao mês de setembro de 2014, de acordo com o encaminhamento por ofício n. 138/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2850	08/09/2014	ANDREI JUNIOR ZAMONER	148,00	148,00	148,00	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário de Caxambu do Sul/SC à Chapecó/SC, de acordo com § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal n. 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal n. 1.303/2013, relativo ao mês de setembro de 2014, de acordo com o encaminhamento por ofício n. 138/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2851	08/09/2014	EDIVALDO LUIZ MOREIRA	148,00	148,00	148,00	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário de Caxambu do Sul/SC à Chapecó/SC, de acordo com § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal n. 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal n. 1.303/2013, relativo ao mês de setembro de 2014, de acordo com o encaminhamento por ofício n. 138/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2852	08/09/2014	LUAN LUIZ FILIPPIN	148,00	148,00	148,00	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário de Caxambu do Sul/SC à Chapecó/SC, de acordo com § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal n. 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal n. 1.303/2013, relativo ao mês de setembro de 2014, de acordo com o encaminhamento por ofício n. 138/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2853	08/09/2014	PATRICIA PIZZI	148,00	148,00	148,00	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário de Caxambu do Sul/SC à Chapecó/SC, de acordo com § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal n. 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal n. 1.303/2013, relativo ao mês de setembro de 2014, de acordo com o encaminhamento por ofício n. 138/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2854	08/09/2014	MIRIÁ ROSINA MILLER	148,00	148,00	148,00	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário de Caxambu do Sul/SC à Chapecó/SC, de acordo com § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal n. 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal n.

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Sul	Impostos: Educação								1.303/2013, relativo ao mês de setembro de 2014, de acordo com o encaminhamento por ofício n. 138/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2855	08/09/2014	TAIS CRISTINA VIVIAN	148,00	148,00	148,00	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário de Caxambu do Sul/SC à Chapecó/SC, de acordo com § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal n. 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal n. 1.303/2013, relativo ao mês de setembro de 2014, de acordo com o encaminhamento por ofício n. 138/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2856	08/09/2014	VIVIANE VIVIAN	148,00	148,00	148,00	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário de Caxambu do Sul/SC à Chapecó/SC, de acordo com § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal n. 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal n. 1.303/2013, relativo ao mês de setembro de 2014, de acordo com o encaminhamento por ofício n. 138/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2857	08/09/2014	MARINA GOTTARDI	148,00	148,00	148,00	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário de Caxambu do Sul/SC à Chapecó/SC, de acordo com § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal n. 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal n. 1.303/2013, relativo ao mês de setembro de 2014, de acordo com o encaminhamento por ofício n. 138/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2858	08/09/2014	LUCAS JEAN REICHERT	148,00	148,00	148,00	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário de Caxambu do Sul/SC à Chapecó/SC, de acordo com § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal n. 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal n. 1.303/2013, relativo ao mês de setembro de 2014, de acordo com o encaminhamento por ofício n. 138/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2859	08/09/2014	LUAN JUNIOR REICHERT	148,00	148,00	148,00	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário de Caxambu do Sul/SC à Chapecó/SC, de acordo com § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal n. 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal n. 1.303/2013, relativo ao mês de setembro de 2014, de acordo com o encaminhamento por ofício n. 138/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2860	08/09/2014	DIANDRA FARENSENA	148,00	148,00	148,00	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário de Caxambu do Sul/SC à Chapecó/SC, de acordo com § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal n. 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal n. 1.303/2013, relativo ao mês de setembro de 2014, de acordo com o encaminhamento por ofício n. 138/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de	01 - Receitas de Impostos e	361	2861	08/09/2014	ANDREI SGAULIN THIEL	148,00	148,00	148,00	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário de Caxambu do Sul/SC à Chapecó/SC, de acordo com § 2º, do artigo



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTROLE DOS MUNICÍPIOS – DMU

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Caxambu do Sul	Transf de Impostos: Educação								1º da Lei Municipal n. 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal n. 1.303/2013, relativo ao mês de setembro de 2014, de acordo com o encaminhamento por ofício n. 138/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2906	16/09/2014	REUNIDAS S A TRANSPORTES COLETIVOS	4.675,56	4.675,56	4.675,56	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudantes universitários e de cursos profissionalizantes de Caxambu do Sul/SC a Chapecó/SC (ida e volta) no período matutino e vespertino, conforme preconiza a Lei Municipal n. 1.303 de 26 de dezembro de 2013 relativo ao mês de setembro de 2014, de acordo com A.C. 366/2014.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2920	18/09/2014	MARINA PIZZI	838,60	838,60	838,60	PELA DESPESA EMPENHADA referente atualização do valor mensal ao anteriormente pactuado levando em consideração o índice IPCA/IBGE de março de 2012 à fevereiro de 2014 para contratação de profissional habilitado e inscrito no Conselho Regional de Nutricionistas para prestação de serviços no atendimento do Programa Saúde na Escola - PSE, elaboração de cardápios para os alunos da rede municipal de educação, de acordo com Aditivo Contratual 03 ao Contrato 15/2012.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2931	22/09/2014	MIRIAN LUCIANA REVERS 88645495015	1.680,00	1.680,00	1.680,00	PELA DESPESA EMPENHADA referente serviço de produção de DVD de filmagem e CD de fotos durante a IV Festa do Queijo e do Vinho e V Encontro de Grupos Folclóricos do Município de Caxambu do Sul - SC, de acordo com A.C. 387/2014.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2957	23/09/2014	CRISTIANE MARIA BURTET	148,00	148,00	148,00	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário de Caxambu do Sul/SC à Chapecó/SC, de acordo com § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal n. 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal n. 1.303/2013, relativo ao mês de setembro de 2014, de acordo com o encaminhamento por ofício n. 143/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2958	23/09/2014	CAROLINA KULBA	185,67	185,67	185,67	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário de Caxambu do Sul/SC à Chapecó/SC, de acordo com a Lei Municipal 1.325/2014, § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal n. 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal n. 1.303/2013, relativo ao mês de setembro de 2014, de acordo com o encaminhamento por ofício n. 143/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3082	01/10/2014	JOSÉ GHELLER ME	11.890,35	11.890,35	11.890,35	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudantes universitários e de cursos técnicos profissionalizantes de Caxambu do Sul/SC à Chapecó/SC (ida e volta) no período noturno, conforme preconiza a Lei Municipal n. 1.303 de 26/12/2013 relativo ao mês de setembro de 2014, de acordo com A.C. 393/2014.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3089	01/10/2014	SIMONE PELISSER ME	3.597,44	3.597,44	3.597,44	PELA DESPESA EMPENHADA referente prestação de serviço de transporte escolar para alunos da APAE para o mês de setembro de 2014 em um total de 1.022 km rodados, de acordo com Pregão Presencial 10/2011 e Aditivo Contratual



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTROLE DOS MUNICÍPIOS – DMU

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Sul	Impostos: Educação								06 ao Contrato 29/2011.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3202	10/10/2014	KELI BELLEI TAFFAREL	148,00	148,00	148,00	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário de Caxambu do Sul/SC à Chapecó/SC, de acordo com a Lei Municipal 1.325/2014, § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal n. 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal n. 1.303/2013, relativo ao mês de outubro de 2014, de acordo com o encaminhamento por ofício n. 158/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3203	10/10/2014	ANDREI JUNIOR ZAMONER	148,00	148,00	148,00	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário de Caxambu do Sul/SC à Chapecó/SC, de acordo com a Lei Municipal 1.325/2014, § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal n. 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal n. 1.303/2013, relativo ao mês de outubro de 2014, de acordo com o encaminhamento por ofício n. 158/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3204	10/10/2014	EDIVALDO LUIZ MOREIRA	148,00	148,00	148,00	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário de Caxambu do Sul/SC à Chapecó/SC, de acordo com a Lei Municipal 1.325/2014, § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal n. 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal n. 1.303/2013, relativo ao mês de outubro de 2014, de acordo com o encaminhamento por ofício n. 158/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3205	10/10/2014	LUAN LUIZ FILIPPIN	148,00	148,00	148,00	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário de Caxambu do Sul/SC à Chapecó/SC, de acordo com a Lei Municipal 1.325/2014, § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal n. 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal n. 1.303/2013, relativo ao mês de outubro de 2014, de acordo com o encaminhamento por ofício n. 158/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3206	10/10/2014	PATRICIA PIZZI	148,00	148,00	148,00	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário de Caxambu do Sul/SC à Chapecó/SC, de acordo com a Lei Municipal 1.325/2014, § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal n. 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal n. 1.303/2013, relativo ao mês de outubro de 2014, de acordo com o encaminhamento por ofício n. 158/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3207	10/10/2014	MIRIÁ ROSINA MILLER	148,00	148,00	148,00	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário de Caxambu do Sul/SC à Chapecó/SC, de acordo com a Lei Municipal 1.325/2014, § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal n. 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal n. 1.303/2013, relativo ao mês de outubro de 2014, de acordo com o encaminhamento por ofício n. 158/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3208	10/10/2014	TAIS CRISTINA VIVIAN	148,00	148,00	148,00	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário de Caxambu do Sul/SC à Chapecó/SC, de acordo com a Lei Municipal 1.325/2014, § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal n. 1.308/2014 que



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTROLE DOS MUNICÍPIOS – DMU

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Sul	Impostos: Educação								introduziu alterações na Lei Municipal n. 1.303/2013, relativo ao mês de outubro de 2014, de acordo com o encaminhamento por ofício n. 158/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3209	10/10/2014	VIVIANE VIVIAN	148,00	148,00	148,00	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário de Caxambu do Sul/SC à Chapecó/SC, de acordo com a Lei Municipal 1.325/2014, § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal n. 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal n. 1.303/2013, relativo ao mês de outubro de 2014, de acordo com o encaminhamento por ofício n. 158/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3210	10/10/2014	MARINA GOTTARDI	148,00	148,00	148,00	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário de Caxambu do Sul/SC à Chapecó/SC, de acordo com a Lei Municipal 1.325/2014, § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal n. 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal n. 1.303/2013, relativo ao mês de outubro de 2014, de acordo com o encaminhamento por ofício n. 158/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3211	10/10/2014	LUCAS JEAN REICHERT	148,00	148,00	148,00	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário de Caxambu do Sul/SC à Chapecó/SC, de acordo com a Lei Municipal 1.325/2014, § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal n. 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal n. 1.303/2013, relativo ao mês de outubro de 2014, de acordo com o encaminhamento por ofício n. 158/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3212	10/10/2014	LUAN JUNIOR REICHERT	148,00	148,00	148,00	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário de Caxambu do Sul/SC à Chapecó/SC, de acordo com a Lei Municipal 1.325/2014, § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal n. 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal n. 1.303/2013, relativo ao mês de outubro de 2014, de acordo com o encaminhamento por ofício n. 158/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3213	10/10/2014	DIANDRA FARENSENA	148,00	148,00	148,00	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário de Caxambu do Sul/SC à Chapecó/SC, de acordo com a Lei Municipal 1.325/2014, § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal n. 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal n. 1.303/2013, relativo ao mês de outubro de 2014, de acordo com o encaminhamento por ofício n. 158/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3214	10/10/2014	ANDREI SGNAULIN THIEL	148,00	148,00	148,00	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário de Caxambu do Sul/SC à Chapecó/SC, de acordo com a Lei Municipal 1.325/2014, § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal n. 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal n. 1.303/2013, relativo ao mês de outubro de 2014, de acordo com o encaminhamento por ofício n. 158/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de	01 - Receitas de Impostos e	361	3215	10/10/2014	CRISTIANE MARIA BURTET	148,00	148,00	148,00	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário de Caxambu do Sul/SC à Chapecó/SC, de acordo com a Lei

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Caxambu do Sul	Transf de Impostos: Educação								Municipal 1.325/2014, § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal n. 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal n. 1.303/2013, relativo ao mês de outubro de 2014, de acordo com o encaminhamento por ofício n. 158/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3216	10/10/2014	CAROLINA KULBA	288,82	288,82	288,82	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário de Caxambu do Sul/SC à Chapecó/SC, de acordo com a Lei Municipal 1.325/2014, § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal n. 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal n. 1.303/2013, relativo ao mês de outubro de 2014, de acordo com o encaminhamento por ofício n. 158/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3274	20/10/2014	REUNIDAS S A TRANSPORTES COLETIVOS	3.765,33	3.765,33	3.765,33	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudantes universitários e de cursos profissionalizantes de Caxambu do Sul/SC a Chapecó/SC (ida e volta) no período matutino e vespertino, conforme preconiza a Lei Municipal n. 1.303 de 26 de dezembro de 2013 relativo ao mês de outubro de 2014, de acordo com A.C. 434/2014.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3275	20/10/2014	JOSÉ GHELLER ME	10.271,55	10.271,55	10.271,55	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudantes universitários e de cursos técnicos profissionalizantes de Caxambu do Sul/SC à Chapecó/SC (ida e volta) no período noturno, conforme preconiza a Lei Municipal n. 1.303 de 26/12/2013 relativo ao mês de outubro de 2014, de acordo com A.C. 433/2014.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3317	27/10/2014	BRUNA MEZZOMO	119,20	119,20	119,20	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário de Caxambu do Sul/SC à Chapecó/SC, de acordo com a Lei Municipal 1.325/2014, § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal n. 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal n. 1.303/2013, relativo ao mês de outubro de 2014, de acordo com o encaminhamento por ofício n. 165/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3412	29/10/2014	INFORSUL SERVIÇOS E TECNOLOGIAS DE INFORMÁTICA LTD	1.089,00	1.089,00	1.089,00	PELA DESPESA EMPENHADA referente aquisição de 02 estabilizadores NHS Active 500VA, 11 fones de ouvido com microfone, 01 HD 500GB UDMA 7200 rpm, 02 fontes de alimentação ATX 200W e 01 cooler com dissipador soquete para manutenção dos computadores do Telecentro Comunitário, de acordo com A.C. 461/2014.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3443	31/10/2014	SIMONE PELISSER ME	3.960,00	3.960,00	3.960,00	PELA DESPESA EMPENHADA referente prestação de serviço de transporte escolar para alunos da APAE para o mês de outubro de 2014 em um total de 1.125 km rodados, de acordo com Pregão Presencial 10/2011 e Aditivo Contratual 06 ao Contrato 29/2011.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3517	10/11/2014	KELI BELLEI TAFFAREL	148,00	148,00	148,00	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário de Caxambu do Sul/SC à Chapecó/SC, de acordo com a Lei Municipal 1.325/2014, § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal n. 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal n. 1.303/2013, relativo ao mês de outubro de 2014, de acordo com o encaminhamento por ofício n. 175/2014 da SMECE e

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
									Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3518	10/11/2014	EDIVALDO LUIZ MOREIRA	148,00	148,00	148,00	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário de Caxambu do Sul/SC à Chapecó/SC, de acordo com a Lei Municipal 1.325/2014, § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal n. 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal n. 1.303/2013, relativo ao mês de outubro de 2014, de acordo com o encaminhamento por ofício n. 175/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3519	10/11/2014	LUAN LUIZ FILIPPIN	148,00	148,00	148,00	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário de Caxambu do Sul/SC à Chapecó/SC, de acordo com a Lei Municipal 1.325/2014, § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal n. 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal n. 1.303/2013, relativo ao mês de outubro de 2014, de acordo com o encaminhamento por ofício n. 175/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3520	10/11/2014	MARINA GOTTARDI	148,00	148,00	148,00	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário de Caxambu do Sul/SC à Chapecó/SC, de acordo com a Lei Municipal 1.325/2014, § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal n. 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal n. 1.303/2013, relativo ao mês de outubro de 2014, de acordo com o encaminhamento por ofício n. 175/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3521	10/11/2014	LUCAS JEAN REICHERT	148,00	148,00	148,00	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário de Caxambu do Sul/SC à Chapecó/SC, de acordo com a Lei Municipal 1.325/2014, § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal n. 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal n. 1.303/2013, relativo ao mês de outubro de 2014, de acordo com o encaminhamento por ofício n. 175/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3522	10/11/2014	LUAN JUNIOR REICHERT	148,00	148,00	148,00	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário de Caxambu do Sul/SC à Chapecó/SC, de acordo com a Lei Municipal 1.325/2014, § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal n. 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal n. 1.303/2013, relativo ao mês de outubro de 2014, de acordo com o encaminhamento por ofício n. 175/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3523	10/11/2014	DIANDRA FARENSENA	148,00	148,00	148,00	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário de Caxambu do Sul/SC à Chapecó/SC, de acordo com a Lei Municipal 1.325/2014, § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal n. 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal n. 1.303/2013, relativo ao mês de outubro de 2014, de acordo com o encaminhamento por ofício n. 175/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos:	361	3524	10/11/2014	ANDREI SGNAULIN THIEL	148,00	148,00	148,00	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário de Caxambu do Sul/SC à Chapecó/SC, de acordo com a Lei Municipal 1.325/2014, § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal n. 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal n. 1.303/2013, relativo ao mês de outubro

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
	Educação								de 2014, de acordo com o encaminhamento por ofício n. 175/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3547	11/11/2014	FOCO PESQUISAS E SERVIÇOS LTDA - ME	7.475,00	7.475,00	7.475,00	PELA DESPESA EMPENHADA referente contratação de empresa especializada para realização de pesquisa de avaliação do ensino público municipal no perímetro urbano e rural com o objetivo de avaliar as condições de transporte, materiais didáticos, pedagógicos, estrutura física, merenda escolar, professores e apoio técnico pedagógico dos profissionais, de acordo com A.C. 488/2014.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3580	17/11/2014	REUNIDAS S A TRANSPORTES COLETIVOS	4.876,94	4.876,94	4.876,94	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudantes universitários e de cursos profissionalizantes de Caxambu do Sul/SC a Chapecó/SC (ida e volta) no período matutino e vespertino, conforme preconiza a Lei Municipal n. 1.303 de 26 de dezembro de 2013 relativo ao mês de novembro de 2014, de acordo com A.C. 490/2014.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3581	17/11/2014	JOSÉ GHELLER ME	10.458,15	10.458,15	10.458,15	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudantes universitários e de cursos técnicos profissionalizantes de Caxambu do Sul/SC a Chapecó/SC (ida e volta) no período noturno, conforme preconiza a Lei Municipal n. 1.303 de 26/12/2013 relativo ao mês de novembro de 2014, de acordo com A.C. 491/2014.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3650	25/11/2014	ANDREI JUNIOR ZAMONER	148,00	148,00	148,00	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário de Caxambu do Sul/SC a Chapecó/SC, de acordo com a Lei Municipal 1.325/2014, § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal n. 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal n. 1.303/2013, relativo ao mês de novembro de 2014, de acordo com o encaminhamento por ofício n. 179/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3651	25/11/2014	VIVIANE VIVIAN	148,00	148,00	148,00	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário de Caxambu do Sul/SC a Chapecó/SC, de acordo com a Lei Municipal 1.325/2014, § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal n. 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal n. 1.303/2013, relativo ao mês de novembro de 2014, de acordo com o encaminhamento por ofício n. 179/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3652	25/11/2014	TAIS CRISTINA VIVIAN	148,00	148,00	148,00	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário de Caxambu do Sul/SC a Chapecó/SC, de acordo com a Lei Municipal 1.325/2014, § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal n. 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal n. 1.303/2013, relativo ao mês de novembro de 2014, de acordo com o encaminhamento por ofício n. 179/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3653	25/11/2014	MIRIÃ ROSINA MILLER	148,00	148,00	148,00	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário de Caxambu do Sul/SC a Chapecó/SC, de acordo com a Lei Municipal 1.325/2014, § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal n. 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal n. 1.303/2013, relativo ao mês de novembro de 2014, de acordo com o encaminhamento por ofício n. 179/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTROLE DOS MUNICÍPIOS – DMU

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3654	25/11/2014	CAROLINA KULBA	139,78	139,78	139,78	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário de Caxambu do Sul/SC à Chapecó/SC, de acordo com a Lei Municipal 1.325/2014, § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal n. 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal n. 1.303/2013, relativo ao mês de novembro de 2014, de acordo com o encaminhamento por ofício n. 179/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3655	25/11/2014	LISSANDRA FERRON	47,68	47,68	47,68	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário de Caxambu do Sul/SC à Chapecó/SC, de acordo com a Lei Municipal 1.325/2014, § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal n. 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal n. 1.303/2013, relativo ao mês de novembro de 2014, de acordo com o encaminhamento por ofício n. 179/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3726	28/11/2014	SIMONE PELISSER ME	3.558,72	3.558,72	3.558,72	PELA DESPESA EMPENHADA referente prestação de serviço de transporte escolar para alunos da APAE para o mês de novembro de 2014 em um total de 1.011 km rodados, de acordo com Pregão Presencial 10/2011 e Aditivo Contratual 06 ao Contrato 29/2011.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3880	11/12/2014	ADILSON FLORIS DE SOUZA - ME	3.500,00	3.500,00	3.500,00	PELA DESPESA EMPENHADA referente locação de brinquedos recreativos infláveis tipo tobogã 5mts, tobogã gigante, cama elástica gigante 4X1, castelinho pula-pula, piscina bolinhas, guerra de cotonetes, futebol de sabão, tomo legal e cama elástica pequena e grande para realização de brincadeiras em comemoração ao aniversário do município no dia 14 de dezembro de 2014, de acordo com A.C. 529/2014.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3903	15/12/2014	REUNIDAS S A TRANSPORTES COLETIVOS	3.522,99	3.522,99	3.522,99	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudantes universitários e de cursos profissionalizantes de Caxambu do Sul/SC a Chapecó/SC (ida e volta) no período matutino e vespertino, conforme preconiza a Lei Municipal n. 1.303 de 26 de dezembro de 2013 relativo ao mês de dezembro de 2014, de acordo com A.C. 540/2014.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3904	15/12/2014	JOSÉ GHELLER ME	3.625,95	3.625,95	3.625,95	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudantes universitários e de cursos profissionalizantes de Caxambu do Sul/SC a Chapecó/SC (ida e volta) no período noturno, conforme preconiza a Lei Municipal n. 1.303 de 26 de dezembro de 2013 relativo ao mês de dezembro de 2014, de acordo com A.C. 539/2014.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3912	15/12/2014	KELI BELLEI TAFFAREL	77,20	77,20	77,20	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário de Caxambu do Sul/SC à Chapecó/SC, de acordo com a Lei Municipal 1.325/2014, § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal n. 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal n. 1.303/2013, relativo ao mês de dezembro de 2014, de acordo com o encaminhamento por ofício n. 186/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de	01 - Receitas de Impostos e	361	3913	15/12/2014	EDIVALDO LUIZ MOREIRA	115,80	115,80	115,80	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário de Caxambu do Sul/SC à Chapecó/SC, de acordo com a Lei



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTROLE DOS MUNICÍPIOS – DMU

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Caxambu do Sul	Transf de Impostos: Educação								Municipal 1.325/2014, § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal n. 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal n. 1.303/2013, relativo ao mês de dezembro de 2014, de acordo com o encaminhamento por ofício n. 186/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3914	15/12/2014	LUAN LUIZ FILIPPIN	115,80	115,80	115,80	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário de Caxambu do Sul/SC à Chapecó/SC, de acordo com a Lei Municipal 1.325/2014, § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal n. 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal n. 1.303/2013, relativo ao mês de dezembro de 2014, de acordo com o encaminhamento por ofício n. 186/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3915	15/12/2014	MARINA GOTTARDI	77,20	77,20	77,20	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário de Caxambu do Sul/SC à Chapecó/SC, de acordo com a Lei Municipal 1.325/2014, § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal n. 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal n. 1.303/2013, relativo ao mês de dezembro de 2014, de acordo com o encaminhamento por ofício n. 186/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3916	15/12/2014	LUCAS JEAN REICHERT	123,52	123,52	123,52	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário de Caxambu do Sul/SC à Chapecó/SC, de acordo com a Lei Municipal 1.325/2014, § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal n. 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal n. 1.303/2013, relativo ao mês de dezembro de 2014, de acordo com o encaminhamento por ofício n. 186/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3917	15/12/2014	DIANDRA FARENSENA	123,52	123,52	123,52	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário de Caxambu do Sul/SC à Chapecó/SC, de acordo com a Lei Municipal 1.325/2014, § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal n. 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal n. 1.303/2013, relativo ao mês de dezembro de 2014, de acordo com o encaminhamento por ofício n. 186/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3918	15/12/2014	VIVIANE VIVIAN	148,00	148,00	148,00	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário de Caxambu do Sul/SC à Chapecó/SC, de acordo com a Lei Municipal 1.325/2014, § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal n. 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal n. 1.303/2013, relativo ao mês de dezembro de 2014, de acordo com o encaminhamento por ofício n. 186/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3919	15/12/2014	TAIS CRISTINA VIVIAN	77,20	77,20	77,20	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário de Caxambu do Sul/SC à Chapecó/SC, de acordo com a Lei Municipal 1.325/2014, § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal n. 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal n. 1.303/2013, relativo ao mês de dezembro de 2014, de acordo com o encaminhamento por ofício n. 186/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura	01 - Receitas	361	3920	15/12/2014	CRISTIANE MARIA	92,64	92,64	92,64	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Municipal de Caxambu do Sul	de Impostos e Transf de Impostos: Educação				BURTET				universitário de Caxambu do Sul/SC à Chapecó/SC, de acordo com a Lei Municipal 1.325/2014, § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal n. 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal n. 1.303/2013, relativo ao mês de dezembro de 2014, de acordo com o encaminhamento por ofício n. 186/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3921	15/12/2014	PATRICIA PIZZI	263,80	263,80	263,80	PELA DESPESA EMPENHADA referente auxílio transporte a estudante universitário de Caxambu do Sul/SC à Chapecó/SC, de acordo com a Lei Municipal 1.325/2014, § 2º, do artigo 1º da Lei Municipal n. 1.308/2014 que introduziu alterações na Lei Municipal n. 1.303/2013, relativo ao mês de dezembro de 2014, de acordo com o encaminhamento por ofício n. 186/2014 da SMECE e Laudo da Comissão para Análise de Benefício e dá Outras Providências.
Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3947	15/12/2014	SIMONE PELISSER ME	1.541,76	1.541,76	1.541,76	PELA DESPESA EMPENHADA referente prestação de serviço de transporte escolar para alunos da APAE para o mês de dezembro de 2014 em um total de 438 km rodados, de acordo com Pregão Presencial 10/2011 e Aditivo Contratual 06 ao Contrato 29/2011.
TOTAL						236.285,52	236.285,52	236.285,52	

Cálculo detalhado do Resultado Financeiro por Especificações de Fonte de Recursos:

FR	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA				OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (B)			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (A - B)	Superávit / Déficit
	VALOR REGISTRADO	AJUSTES		VALOR AJUSTADO (A)	Depósitos e Outras Obrigações	Restos a Pagar Processados	Restos a Pagar Não Processados		
		Aumenta	Diminui						
	RECURSOS VINCULADOS								
0	177.213,87	0,00	0,00	177.213,87	0,00	0,00	177.213,87	0,00	Superávit
16	129,34	0,00	0,00	129,34	0,00	0,00	0,00	129,34	Superávit
17	34.710,13	0,00	0,00	34.710,13	0,00	0,00	0,00	34.710,13	Superávit
18	1.506,56	0,00	0,00	1.506,56	0,00	0,00	0,00	1.506,56	Superávit
19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
22	56.698,70	0,00	0,00	56.698,70	0,00	-13.327,53	80.477,29	-10.451,06	Déficit
23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Superávit
24	399.057,75	0,00	0,00	399.057,75	0,00	47.896,31	343.000,00	8.161,44	Superávit
44	19.217,58	0,00	0,00	19.217,58	0,00	0,00	0,00	19.217,58	Superávit
48	309,06	0,00	0,00	309,06	0,00	0,00	0,00	309,06	Superávit
50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Superávit
52	160.323,35	0,00	0,00	160.323,35	0,00	-725,01	0,00	161.048,36	Superávit

FR	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA				OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (B)			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (A - B)	Superávit / Déficit
	VALOR REGISTRADO	AJUSTES		VALOR AJUSTADO (A)	Depósitos e Outras Obrigações	Restos a Pagar Processados	Restos a Pagar Não Processados		
		Aumenta	Diminui						
54	1.183,70	0,00	0,00	1.183,70	0,00	0,00	0,00	1.183,70	Superávit
55	2.104,57	0,00	0,00	2.104,57	0,00	0,00	0,00	2.104,57	Superávit
56	3.463,28	0,00	0,00	3.463,28	0,00	0,00	0,00	3.463,28	Superávit
58	9.989,21	0,00	0,00	9.989,21	0,00	0,00	3.194,00	6.795,21	Superávit
59	3.106,71	0,00	0,00	3.106,71	0,00	0,00	0,00	3.106,71	Superávit
60	9.559,00	0,00	0,00	9.559,00	0,00	0,00	0,00	9.559,00	Superávit
61	3,06	0,00	0,00	3,06	0,00	0,00	0,00	3,06	Superávit
64	180.119,45	0,00	0,00	180.119,45	0,00	0,00	16.000,00	164.119,45	Superávit
65	3.301,43	0,00	0,00	3.301,43	0,00	1.170,00	0,00	2.131,43	Superávit
66	51.639,54	0,00	0,00	51.639,54	0,00	610,00	0,00	51.029,54	Superávit
67	11.829,09	0,00	0,00	11.829,09	0,00	0,00	0,00	11.829,09	Superávit
70	173,72	0,00	0,00	173,72	0,00	0,00	0,00	173,72	Superávit
71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Superávit
89	35.124,36	0,00	0,00	35.124,36	0,00	0,00	0,00	35.124,36	Superávit
SOMATÓRIO DAS FONTES DE RECURSOS COM INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA								-10.451,06	
	RECURSOS ORDINÁRIOS								
0	92.208,90	0,00	0,00	92.208,90	26.652,96	174.304,64	336.534,91	-445.283,61	
1	0,00	0,00	0,00	0,00	12.082,89	38.958,45	31.150,40	-82.191,74	
2	10.025,89	0,00	0,00	10.025,89	0,00	0,00	6.856,95	3.168,94	
T.	102.234,79	0,00	0,00	102.234,79	38.735,85	213.263,09	374.542,26	-524.306,41	Déficit

Obs: Composição das contas do Passivo Financeiro com saldo devedor, por Fonte de Recursos:

a) Restos a Pagar Processados:

FR	Conta	Nome Conta	órgão	Soma de debito	Soma de credito	Soma de Saldo
22	212110100	= DO EXERCICIO	Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	284.104,16	284.104,16	0,00
	212110200	= DE EXERCICIOS ANTERIORES	Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	13.327,53	0,00	-13.327,53
22 Total				297.431,69	284.104,16	-13.327,53
52	212110100	= DO EXERCICIO	Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	96.990,28	96.265,27	-725,01
	212110200	= DE EXERCICIOS ANTERIORES	Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul	2.560,00	2.560,00	0,00
52 Total				99.550,28	98.825,27	-725,01
Total geral				396.981,97	382.929,43	-14.052,54